

Trabalhos selecionados para Colóquio Interno

1º Semestre 2013

Ciclo I - Nilson Joaquim da Silva

Ciclo II - Cecília Cesário Lérco

Ciclo III - Pedro Luís Padial de Jesus

Ciclo IV - Luiz Carlos Storni

Ciclo V - Fernanda Zanetti Cinalli

Ciclo VI - Frederico Anastacio Celentano

Índice

Ciclo I

Nílson Joaquim da Silva

Ouve o meu silêncio. Travessias psicanalíticas em veredas literárias 03

Ciclo II

Cecília Cesário Lérco

Agora conta como hei de partir 12

Ciclo III

Pedro Luís Padial de Jesus

Deformações no Superego e Delinquência 19

Ciclo IV

Luiz Carlos Storni

Palavras 30

Ciclo V

Fernanda Zanetti Cinalli

Por uma Clínica Psicanalítica na Saúde Pública 40

Ciclo VI

Frederico Anastacio Celentano

A cada analista, sua Dora 52

1º Semestre 2013

Ciclo I

Aluno: Nílson Joaquim da Silva

Título: Ouve o meu silêncio. Travessias psicanalíticas em veredas literárias

"Ouve-me, ouve o meu silêncio. O que falo nunca é o que falo e sim outra coisa. Capta essa outra coisa de que na verdade falo porque eu mesma não posso."

Clarice Lispector¹

"Conto ao senhor o que eu sei e o que o senhor não sabe; mas principal quero contar é o que eu não sei se sei, e que pode ser que o senhor saiba."

Guimarães Rosa²

Li, uma vez, no belíssimo ensaio "Frase: música e silêncio"³, de Alfredo Bosi, que "o ser vibrante do silêncio não depende só da voz que o precede: ela dá o estímulo, mas não é tudo. O outro momento, aquele que mantém a intersubjetividade, o momento da **atenção**, ponta extrema e fina do espírito, é que traz à consciência social o sentido vivo do silêncio". Pois é, se no início era o Verbo, como afirma o Evangelho de João, antes Dele – deste Verbo traduzido por Lutero como Palavra, do *Logos* grego que é, ao mesmo tempo, Palavra, Idéia, Verbo e... Ação⁴, como bem lembrou o *Fausto* de Goethe –, e também depois Dele, creio que os maiores responsáveis pela criação, pela linguagem, pela representação, são o silêncio, o ser vibrante do silêncio, e a atenção, espírito a se desvelar da expressão, voz latente da Arte, da Literatura, da comunicação intersubjetiva... e, penso eu, da Psicanálise e da escuta psicanalítica.

"Há um grande silêncio dentro de mim. E esse silêncio tem sido a fonte de minhas palavras. E do silêncio tem vindo o que é mais precioso que tudo: o próprio silêncio."⁵. Atento ante o silencioso vazio da página em branco, promessa de colcha de retalhos a ser cerzida com linhas e entrelinhas, voz e silêncio, proponho-me, neste ensaio de aproximação entre Literatura e Psicanálise, ao convite a um bailado psicanalítico com meu próprio inconsciente e, imediatamente, ecoam feito música, em

mim, as palavras, o dito e o não dito, da personagem Lóri, da *Aprendizagem* de Clarice Lispector. E essas palavras se sobrepõem e se misturam, em tons e semitons de neblina, com outras, de um outro tecedor e tecelão de enredos, de desenredos, o Riobaldo, do *Grande sertão: veredas* de Guimarães Rosa. Palavras essas que fluem do meu inconsciente feito rio a baldear, travessia: “O senhor sabe o que o silêncio é? O silêncio é a gente mesmo, demais.”⁶

Tanto a professora primária Lóri, de *Uma aprendizagem ou O livro dos prazeres*, quanto o sertanejo Riobaldo, do *Grande sertão: veredas*, são personagens de uma literatura intimista, introspectiva, existencialista, que tem como foco central o questionamento sobre o ser e o estar no mundo, e a linguagem, e o silêncio, como os labirínticos caminhos a se trilhar na busca, consciente e inconsciente, por esse ser e esse estar, esse projetar-se e representar-se, através das palavras e da falta de palavras, no mundo – aliás, para Lacan, é porque fala que o sujeito se pergunta “Quem sou eu?” e se engaja na busca da resposta e, com isso, na busca do ser. E o ser é um produto e um efeito da linguagem. Seria diferente na Literatura?

A literatura de Clarice Lispector, assim como a de Guimarães Rosa, creio eu, não poderiam existir sem o desvelar Freudiano do inconsciente e as influências da Psicanálise e das teorias psicanalíticas na Arte e na Cultura após a segunda metade do século XIX. O sintoma substitui o que não é dito, talvez dissesse Freud – ou o reinterpretasse e o atualizasse Lacan⁷ – sobre os “casos” de Lóri e de Riobaldo. O sintoma, no caso, é o significante de um significado fragmentado e, em sua completude, inacessível ao sujeito, e esse significante transmutado em linguagem e em lapsos de linguagem, em discurso e narrativa, em representação, muitas vezes por meio de metáforas, de metonímias e de outras tantas formas de expressão artística é, entre o intuível e o acessível, o caminho da “aprendizagem” de Lóri e da “travessia” de Riobaldo em busca de si mesmos e de suas histórias – é o nosso caminho, quando tentamos interpretá-los, decifrá-los, quando ouvimos atentamente suas narrativas e, com isso, também buscamos interpretarmo-nos, deciframo-nos, buscamos nós mesmos e nossas próprias histórias.

Heloísa Vilhena de Araújo, em seu ensaio “O Roteiro de Deus”, fala-nos sobre o processo de construção narrativa de Rosa, no *Grande sertão: veredas*: “(...) a forma narrativa, com seu frequente e insistente dirigir-se ao interlocutor e, portanto, além dele, ao leitor – solicitando sua atenção, sua imaginação, seu pensamento, suas próprias experiências de vida, sua instrução, mobilizando todas as suas potencialidades para que sinta em sua própria carne, em sua própria alma, para que entenda em sua própria mente, a vida do Jagunço Riobaldo –, representa uma tentativa de comunicação tão íntima e tão estreita que é como se Riobaldo-Guimarães Rosa quisesse que o leitor vivesse, outra vez, a sua vida: a vida do homem-Guimarães Rosa, do escritor-Guimarães Rosa, do personagem-Guimarães Rosa.”⁸

Ante a análise da especialista em teoria literária, suscitam-se muitas perguntas: afinal, Heloísa Vilhena está ou não tratando do conceito psicanalítico da transferência? E o interlocutor-leitor do *Grande sertão: veredas* está ou não sendo convidado a uma atitude de atenção, de escuta e de interpretação psicanalíticas? Estaria o leitor sendo desafiado, por meio da transferência, a um iniciático caminho rumo ao eu, um eu momentaneamente esvaziado dos sentidos do personagem para o que é conveniente aos desejos desse leitor? Estaria o Riobaldo-Guimarães Rosa, e por que não dizer também a Lóri-Clarice Lispector, com suas narrativas, ao caracterizar psicologicamente seus personagens, ao caracterizarem-se psicologicamente em seus personagens, propondo-se ao exercício da auto-análise ou da Psicanálise?... Vale lembrar, aqui, o que respondeu a própria Clarice Lispector, quando foi indagada a respeito de seu processo criativo, em uma entrevista ao Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, em 1976: “Uma vez me perguntaram como é que eu escrevia. Aí, eu disse: Não tem pessoas que cosem para fora? Eu coso para dentro.”

Desse “coser para dentro” de Clarice, surge-me à mente o caso da paciente Anna O., de Breuer e, depois, de Freud, que, aparentemente, curou-se não pela tomada catártica de consciência de seu trauma, mas por ter finalmente falado o que nunca havia dito antes, por ter conseguido narrar a sua história. Foi uma cura pela palavra, curou-se porque conseguiu **dizer** o nojo que sentiu ao ver o cão beber água no copo, curou-se pela **atenção** do analista e de sua escuta, “ponta extrema e fina do espírito, que traz à consciência social o sentido vivo do silêncio”, curou-se pelos caminhos e descaminhos da interpretação e pelas “sugestões” – às vezes sequer ditas – de Freud para que sua paciente pudesse continuar narrando e vivendo a sua própria história, a história de Anna O., de Bertha Pappenheim, da sensível, inteligente e ativa mulher da segunda metade do século XIX que confrontou, subverteu e revolucionou os estereótipos do feminino de seu tempo, história sua e de outras tantas mulheres que seguiram seus passos. Será que não seria esse o desejo de “cura” também da Lóri-Lispector com a busca através das palavras e o encontro com o silêncio de sua aprendizagem? Será que não é essa “cura” que busca o Riobaldo-Rosa ao dirigir-se a seu interlocutor – e, portanto, além dele, ao seu leitor –, para narrar sua história que, ao mesmo tempo, é também a nossa história e a história da humanidade?

Talvez pelo fato de Guimarães Rosa já ter pleno conhecimento desse processo de atenção e escuta psicanalítica proposto por Freud, desse mergulho no inconsciente em busca das “recordações encobridoras” e das “associações livres” que permitem ao ser um melhor conhecer-se e – quem sabe? –, um melhor convívio consigo mesmo e com os outros, desse supremo respeito pela palavra e pela linguagem, é que o seu personagem Riobaldo, ao dialogar com o ouvinte forasteiro – que permanece invisível e calado do início ao fim da obra e que se percebe apenas pelas apóstrofes do narrador –, esmiúce sua história com tanta sinceridade, em tantos pormenores

de detalhes, narrando sua vida rememorada para, no fim, consultar esse mesmo interlocutor em busca de ajuda, para fazer-lhe um pedido: “Quero armar o ponto de um fato, para depois lhe pedir um conselho”.

Paulo Rónai, em seu ensaio *Três motivos em Grande sertão: veredas*⁹, interpreta essa atitude do Riobaldo-Rosa: “Esse conselho, porém, não chega a ser pedido. Riobaldo pretende relatar o passado para que o forasteiro o explique: ‘Conto ao senhor o que eu sei e o que o senhor não sabe; mas principal quero contar é o que eu não sei se sei, e que pode ser que o senhor saiba.’ Mas não dá ao estranho a oportunidade para tal explicação, e, aliás, Riobaldo sabe que ‘a vida não é entendível’. Afinal de contas, faz a confissão para si mesmo, querendo ‘decifrar as coisas que são importantes’ e preservá-las do esquecimento. ‘Não gosto de me esquecer de coisa nenhuma. Esquecer, para mim, é quase igual a perder dinheiro.’ Contudo a vontade de lembrar, em Riobaldo, é mais que simples saudade de velho. Desejando reconstruir o seu passado, ele está movido pelo anelo confuso de reafirmar a unidade do seu eu, de sentir que efetivamente desempenhou algum papel ativo nas vicissitudes da própria existência”¹⁰.

“Vicissitudes da própria existência...”, como não pensar, neste momento, nas “pulsões e suas vicissitudes” da *Metapsicologia Freudiana*? Como não pensar nos desejos, impulsos, ideais, sonhos de Riobaldo e, com eles, nos recalques de desejos, impulsos, ideais e sonhos que conduziram e *desconduziram* o jagunço pelas veredas e sertões de Minas Gerais em busca de justiça, de paz, do amor, de Deus e do Diabo? Como não pensar em Diadorim, amigo amado de Riobaldo, e nas angústias, conflitos e frustrações vividos por esse homem rude, esse jagunço, diante de uma tão inexprimível, inescrutável, intangível amizade, de um tão inefável, impossível e inapelável amor, desejo proibido, impulso de querer, num homem, a mulher que não sabia que havia, do homem, um outro homem? Como não pensar, enfim, no Pacto de Riobaldo com o Diabo, motivado não apenas pelo anseio do sertanejo em vencer o Hermógenes, o “pactário do mal”, e vingar seu capitão Joca Ramiro, mas pela necessidade premente dele, Riobaldo – até então passivo rio a baldear de uma margem à outra da existência sem conseguir aportar –, de conseguir lidar com seus medos e incertezas, com suas inseguranças e dúvidas, com seus recalques, seus impulsos refreados, seus desejos, enfim, de conseguir enfrentar a si mesmo, às vicissitudes da sua existência, de seu inconsciente, e, talvez, ingenuamente, de desejar vencer, definitivamente, as tensões geradas por suas pulsões e, em si, contra e a favor de si, apaziguar-se com o que, também em si, (não) se convinha enfrentar, travessia.

Na encruzilhada enluarada das Veredas-Mortas, Riobaldo, narrando o momento do Pacto com um Diabo de tantos nomes – dos quais escolho apenas alguns da coleção roseana, os que considero mais significativos à atual reflexão deste ensaio, como ilustração: o “Sempre-Sério”, o “Pai

da Mentira”, o “Pai do Mal”, o “Austero”, o “Severo-Mór”, o Ele”, o “Solto-Eu” –, ante uma representação e uma presentificação do Mal que o interlocutor-leitor da obra jamais saberá se existiu de fato ou não, ou se foi e é apenas parte simbolicamente trazida ao consciente da luta do personagem – e da humanidade – com suas pulsões inconscientes – aliás, dúvida essa que é o mote essencial da obra e que permeia toda a narrativa, fazendo o seu protagonista constantemente buscar, sem resposta, a Deus, e encontrar-se com o “Demo”, concluindo, ao final, que o que existe mesmo é o “homem humano” –, na hora exata do “trato”, à meia-noite, Riobaldo depara-se com mais uma fonte de dilacerante angústia, de vazio, de falta: não sabe o que “tratar” com Lúcifer, não sabe o que pedir ao Senhor das Trevas, cala-se. E, após uma instantânea eternidade de um estremecido silêncio, consegue *malemal* balbuciar, colocando em palavras rememoradas, seu desejo: “E o que era que eu queria? Ah, acho que eu não queria mesmo nada, de tanto que eu queria tudo. Uma coisa, a coisa, esta coisa: eu somente queria era – ficar sendo!”¹¹. Com o dia amanhecendo, no retorno ao acampamento para junto dos demais jagunços – e de Diadorim, e de si mesmo, e de sua história –, Riobaldo ainda se auto indaga, mais uma vez sem esperar a resposta: “Posso me esconder de mim?...”

Ao ouvir o pedido que Riobaldo faz ao Diabo, ou a si mesmo, de “ficar sendo”, ao ouvir o pedido do “conselho” que Riobaldo diz que irá fazer e nunca faz ao seu interlocutor-ouvinte invisível e calado, não consigo deixar de lado as palavras do filósofo Walter Benjamin no seu tão onipresente ensaio “O narrador”: “Aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada. Conselho tecido na substância viva da existência tem um nome: sabedoria.”¹²

Benjamin, nesse ensaio, afirma que o “narrador” tem como matéria-prima de sua narrativa a vida humana e estabelece com ela uma relação artesanal, de *experienciar*, de fazer-viver. Esse “narrador” sabe, por isso, dar *conselhos*, no sentido de “conselhos verdadeiros”, como um sábio, podendo basear-se na experiência de toda uma vida, de uma vida de todos, para a transmissão dessa sabedoria: “O narrador sabe dar conselhos, não para alguns casos, como o provérbio, mas para muitos casos, como o sábio. Pois pode recorrer ao acervo de toda uma vida (uma vida que não inclui apenas a sua própria experiência, mas, e em grande parte, a experiência alheia. O narrador infunde a sua substância mais íntima também naquilo que sabe por ouvir dizer (...)) O narrador é a figura na qual o justo se encontra consigo mesmo.”¹³

Aparentemente, por trás da intenção de Benjamin em definir “narrador” e “narrativa”, em seu ensaio existe uma preocupação maior: a necessidade de demonstrar a perda do caráter de experiência coletiva, na Modernidade, e de denunciar os problemas que surgem devido a essa perda. Benjamin denuncia, por exemplo, a progressiva perda da nossa capacidade de “contar” e de

“compartilhar experiências”, surgindo, com isso, o declínio da arte da narrativa tradicional, que dependia intrinsecamente dessa habilidade, e o contraponto entre uma “tradição perdida que era compartilhada e retomada na continuidade de uma palavra transmitida de pai para filho, continuidade e temporalidade das sociedades artesanais”, e uma sociedade que vive “o tempo deslocado e entrecortado do trabalho no capitalismo moderno”, o tempo da informação e da velocidade. A partir dessa mudança, os indivíduos de uma mesma coletividade já não têm a *Bildung*, a formação cultural (considerada por Benjamin, “a verdadeira formação”) e não podem – e não conseguem – escutar e seguir as histórias. Acarretando-se, assim, a perda da orientação prática, e restando-nos a ‘desorientação’, ou a incapacidade em se dar e se receber um verdadeiro conselho.

Riobaldo faz um pacto com aquilo que nem sabe se existe, para poder “ficar sendo” e busca, mesmo sem jamais pedir, um conselho no seu interlocutor sem voz. Lóri busca, na aprendizagem de amar, na aprendizagem do amor, no professor de Filosofia Ulisses, o homem, sem mais teorias. Nós, eu, você, buscamos no psicanalista, no narrador, na Literatura, na Psicanálise, no outro, em nós mesmos, as palavras e o silêncio que foram esquecidos e que precisam ser rememorados, mágicas palavras, mágico silêncio, que abrem as portas da tradição do contar, ouvir e compartilhar narrativas e experiências, no anseio de contarmo-nos e ouvirmo-nos nessas narrativas, nessas histórias, nossas histórias. Buscamos sentido, sabedoria, orientação, capacidade de dar e receber conselhos, coragem para vencer os recalques e a histeria em nome do novo, do revolucionário, do necessário, sem deixar de lado o que deve ser guardado e resguardado, o *Bildung* de Benjamin, o sertão e as veredas de Guimarães Rosa, o “coser para dentro” de Clarice Lispector, a verdadeira formação.

Tomando de empréstimo as palavras de Freud, em sua *Conferência número 1: Introdução à Psicanálise* (1916), acrescento outro retalho, como que bordado por encomenda para fazer parte dessa parte da urdidura: “As palavras, originalmente, eram mágicas e até os dias atuais conservaram muito do seu antigo poder mágico. Por meio de palavras uma pessoa pode tornar outra jubilosamente feliz ou levá-la ao desespero, por palavras o professor veicula seu conhecimento aos alunos, por palavras o orador conquista seus ouvintes para si e influencia o julgamento e as decisões deles. Palavras suscitam afetos e são, de modo geral, o meio de mútua influência entre os homens.”¹⁴ E acrescento: palavras produzem linguagem, representações, histórias, narrativas, vidas que merecem ser contadas, ouvidas, vividas, sentidas, retomadas, continuadas e compartilhadas.

Finalmente, como tinha de ser, feito a mítica serpente Uroborus que abocanha a própria cauda, do fim para o começo, do começo para o fim, sem fim nem começo e sem começo nem fim, recorro à definição, ainda segundo Freud, na mesma *Conferência número 1*, de o que é a Psicanálise – e, com essa definição, também significo o papel do psicanalista: “nada acontece num tratamento psicanalítico além de um intercâmbio de palavras entre o paciente e o analista. O

paciente conversa, fala de suas experiências passadas e de suas impressões atuais, queixa-se, reconhece seus desejos e seus impulsos emocionais. O médico escuta, procura orientar os processos de pensamento do paciente, exorta, dirige sua atenção em certas direções, dá-lhe explicações e observa as reações de compreensão ou rejeição que ele, analista, suscita no paciente.”¹⁵.

O analista, portanto, deve ater-se às diversas conotações do “significante”, às suas presenças, às suas ausências, na fala, no silêncio, na linguagem e nas narrativas do paciente. Feito um sábio narrador, baseando-se na *experiência* de toda uma vida, de uma vida de todos, deve *aconselhar* modos de seu paciente dar continuidade à sua história, de ser ouvido, de se inscrever e se escrever no mundo, de “ficar sendo”. Como escritor, o psicanalista deve estar ciente de que a estrutura da linguagem não se esgota na dimensão horizontal, na sintaxe e na articulação das palavras, do *logos*, mas, para além, enriquece-se de sentidos, de significados, com as figuras ou *tropos*, com, por exemplo, a metáfora – com a qual uma palavra-ideia, por semelhança, aproxima e evoca outras –, com a metonímia e, por substituição, com suas conexões de ideias-palavras com outras ideias-palavras. Assim, por condensação, por deslocamento, criam-se novas significações, novas representações, a linguagem se faz narrativa e comunicação intersubjetiva; o paciente se faz narrador e comunicador de seus desejos, de suas pulsões, de seus recalques; e, no psicanalista, co-narrador, co-autor, as interpretações e explicações se fazem conselhos, sugestões, e os “significantes” se mostram mais do que ‘sintomas’, como enigmas a serem e não serem decifrados, como perguntas a serem e não serem respondidas, história viva em suspensão.

Assim, talvez, devêssemos fazer mais referência à poética que à linguística, quando tratamos da “interpretação”. Aliás, interpretação psicanalítica ou literária? Interpretação da vida ou da representação de vida que conseguimos – ou que não conseguimos – artesanalmente narrar? Ficam as perguntas ao leitor/interlocutor diante de Freud, de Lacan, de Walter Benjamin, de Clarice Lispector, de Guimarães Rosa, de Anna O. e de Bertha Pappenheim, das mulheres e homens neuróticos e não neuróticos, histéricos e não histéricos do século XIX, XX, XXI, de Lóri, de Riobaldo e de todos nós, estudiosos ou não da Psicanálise, da Literatura, da Filosofia, narradores ou não da História – das estórias –, e fica apenas uma resposta, aquela que Riobaldo se dá, a si mesmo e ao seu interlocutor-leitor, ao final do *Grande sertão: veredas*: “O diabo não há, é o que eu digo, se for... **Existe é homem humano. Travessia.**”¹⁶

Bibliografia

ARAÚJO, Heloísa Vilhena de. *O roteiro de Deus: dois estudos sobre Guimarães Rosa*. São Paulo: Editora Mandarin, 1996.

BENJAMIN, Walter. "O narrador". In: *Obras escolhidas - Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.

BOSI, Alfredo. "Frase, música e silêncio". In: *O ser e o tempo da poesia*. 6ª ed. São Paulo: companhia das Letras, 2000.

FREUD, Sigmund. "Casos clínicos (Breuer e Freud) - Caso 1: Srta. Anna O.". In: *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud (Volume II): Estudos sobre a histeria (1893-1895)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. "Lembranças encobridoras" (1899). In: *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud (Volume III): Primeiras publicações psicanalíticas (1893-1899)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. "Os instintos e suas vicissitudes", "Repressão" e "O inconsciente" (1915). In: *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud (Volume XIV): A história do movimento psicanalítico, artigos sobre a metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. "Parapraxias - Conferência número 1: Introdução à Psicanálise". In: *Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud (Volume XV): Conferências introdutórias sobre Psicanálise - Partes I e II (1915-1916)*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GOETHE, Johann Wolfgang Von. *Fausto I*. São Paulo: Editora 34, 2011.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio: Nova Fronteira, 2ª ed., 1986.

LISPECTOR, Clarice. *Água viva*. Rio de Janeiro: Editora Círculo do Livro, 1973.

_____. *Uma aprendizagem ou O livro dos prazeres*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

RÓNAI, Paulo. "Três motivos em *Grande sertão: veredas*". In: *Grande sertão: veredas* (introdução à obra). 19ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 19ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

NOTAS

¹ LISPECTOR, Clarice (1973), p. 35.

² ROSA, João Guimarães (2001), p. 245.

³ BOSI, Alfredo (2000), p. 129.

⁴ GOETHE, Johann Wolfgang Von (2011), p. 112.

⁵ LISPECTOR, Clarice (1998), p. 92.

⁶ ROSA, João Guimarães (2001), p. 438.

⁷ Lacan, ao reexaminar o campo da linguagem na Psicanálise, centrou-se no conceito de significante - tirado da Linguística saussuriana -, contudo em Freud já se destacava, bem antes, a importância da "palavra" e da "verbalização" na análise psicanalítica, como vemos, por exemplo, na sua *Conferência número I: Introdução à Psicanálise*.

⁸ ARAÚJO, Heloísa Vilhena de. (1996) p. 324.

⁹ ROSA, João Guimarães (2001), p. 15-20.

¹⁰ ROSA, João Guimarães (2001), p. 18.

¹¹ ROSA, João Guimarães (2001), p. 436.

¹² BENJAMIN, Walter. (2012), p. 216.

¹³ BENJAMIN, Walter. (2012), p. 240.

¹⁴ FREUD, Sigmund. (1916) p. 26-7

¹⁵ FREUD, Sigmund. (1916) p. 27

¹⁶ ROSA, João Guimarães (2001), p. 624.

1º Semestre 2013

Ciclo II

Aluna: Cecília Cesário Lérco

Título: Agora conta como hei de partir

A música é uma forma de contar uma história. Pequenos fragmentos da vida que por muitas vezes se repetem. Os versos representam através do estímulo à imaginação e sensação as cenas reais de nossas vidas. Uma boa canção nos leva a reviver emoções e sentimentos de outrora e, por vezes, antecipá-los. Quem nunca se lembrou de um amigo ao ouvir certa música? Ou quem não se anima a dançar quando uma balada começa a tocar?

Para além do ritmo dos instrumentos, a utilização das palavras nos oferece um turbilhão de interpretações. O compositor escolhe a história que quer contar e o ouvinte a revive, a partir de seu próprio ensaio. As músicas são repletas de coisas ditas, ou não ditas, ou por dizer, ou que se quis dizer. Atribuir sentido a elas é uma forma de reencená-las, com novos personagens a cada vez.

Chico Buarque não tem dificuldade em descrever, com perfeição, os diversos cenários possíveis para a vida. Com inspiração poética, consegue compor músicas que retratam a vida cotidiana e, principalmente, seus protagonistas. Falando sobre todo tipo de experiência humana, Chico Buarque nos convoca a refletir sobre algumas interpretações possíveis para elas, sem encerrá-las.

Proponho, assim, um enovelamento entre a música “Eu te amo” de Chico Buarque e algumas reflexões que emergiram a partir de minhas experiências pessoais e também a partir da teoria psicanalítica sobre a formação do sujeito vista durante esse semestre.

*Ah, se já perdemos a noção da hora
Se juntos já jogamos tudo fora
Me conta agora como hei de partir*

Quando conhecemos alguém e nos apaixonamos, parece que tudo se encaixa. Parece que uma pessoa cabe exatamente no tamanho da outra. A outra é sempre “tudo aquilo que eu sempre quis”. A ideia de se ter menos que “ela toda pra mim” é inconcebível. As diferenças não cabem. A constituição do casal se dá na negação das diferenças e na busca pelo entendimento recíproco. A

premissa é sempre de aceitação. Aquela barba que você sempre achou feia nos outros passa a ser elogio. Aquele cabelo vermelho que você achava vulgar te faz sonhar.

As diferenças são anuladas, sem querer. Queremos tanto nos reconhecer no outro que nos pegamos concordando sem pensar. “Claro que eu gosto dessa banda... sim, eu sempre gostei da cor azul... Woody Allen também é meu diretor preferido...”. É menos por maldade e mais por uma tentativa de parecer interessante ao outro. Se conseguirmos, ainda que de leve, lembrar aquilo que a pessoa tanto gosta, aumentam as chances de essa pessoa também gostar de nós.

O tempo passa a ser um só, um tempo único para os dois. Perdemos a noção da hora e a vontade de ir embora. Os espaços ficam cada vez menores, nos apertamos na cama para dormir e não nos importamos com o chuveiro que só cabe um. Tudo é uma desculpa para ficarmos juntos. Se o ônibus está cheio, pelo menos ficamos pertinho. Se a cama é de solteiro, dormimos abraçados. Se o sinal está fechado não importa, nos beijamos por mais tempo.

*Ah, se ao te conhecer
Dei pra sonhar, fiz tantos desvarios*

O casal se mistura um no outro. Essa etapa é necessária para fortalecer os vínculos e submeter a relação à primazia do “entendimento mútuo” que, por ora, a sustenta. Há uma relação construída de maneira simbiótica, na qual a associação entre os dois sujeitos é mutuamente vantajosa. Muito semelhante é a relação simbiótica entre a mãe e o bebê: a mãe precisa supor aquilo que o bebê precisa - e o faz de forma absolutamente alucinatória - para que este sobreviva. Para que a relação a dois sobreviva, é preciso supor desejos. Não é difícil escutarmos, em um casal de namorados, frases como “eu sei exatamente o que você está pensando” ou “deixa eu escolher um sorvete que eu tenho certeza que você vai gostar”.

A sensação é de êxtase: estamos o tempo todo buscando algo que nos complete, tal qual a experiência de satisfação vivenciada em tempos de remota infância. Enquanto estamos amando e sendo amados somos o centro do universo, imortais, e nos bastamos. Um completa o outro: na gramática, na antecipação das vontades, na suposição de pensamentos e falas.

Rompi com o mundo, queimei meus navios

O recém-nascido não consegue reconhecer o outro como objeto externo a si. “O *narcisismo primário* designa um estado precoce em que o sujeito investe toda a sua libido em si mesmo. O objeto de investimento libidinal passa a ser o próprio ego, o próprio corpo. É o momento em que a criança toma a si própria como objeto de amor, antes de escolher objetos externos” (Freud). Esse investimento

é imprescindível para a constituição do Eu. De maneira similar, esse investimento libidinal no relacionamento é fundamental para perpetuar o vínculo amoroso. O casal passa a funcionar como um só corpo, no qual a energia que circula é a mesma, realimentada e reaproveitada a cada projeção de um sujeito para outro. Não há perda de energia para o mundo exterior; a troca ocorre de um para outro e desse outro para esse um apenas. O casal toma a si próprio como objeto de amor. Não há outro objeto a escolher. A escolha já foi feita.

O rompimento com o mundo é oficial. Sair do quarto é um tormento. Não há um mundo lá fora para o casal apaixonado, a cama lhe basta. O que acontece da porta pra fora do quarto não os interessa. Não há projeções de interesse no mundo exterior - apenas, talvez, uma breve ida à cozinha para relembrar a inevitável necessidade por comida. O que se quer devorar é o outro. O outro passa a ser a única fonte de satisfação do desejo. Queimam-se os navios, não há mais porque partir. Não há mais lugar para navegar, já que encontramos nosso porto seguro.

Me diz pra onde é que inda posso ir

E então, de repente, não mais que de repente, do riso faz-se o pranto. O que antes era promessa passa a ser desilusão. O relacionamento se desfaz e a separação dos/em sujeitos é obrigatória. E agora, como partir? Antes a referência máxima era o outro. Era ele que dizia o que fazer, como ir, qual era o ritmo. E agora, pra onde ir?

Qualquer tipo de separação é dolorida. O emprego que você não conseguiu, a faculdade que terminou, o filho que saiu de casa, o casamento que acabou. Dói na alma, dói no peito, dói no corpo. Temos que aprender a lidar com o vazio, com a falta de algo, com o buraco deixado pela ausência do objeto de desejo.

Um casal que está se separando precisa instaurar dois sujeitos distintos. O que antes existia e funcionava como um só corpo passa a exigir dois. Na percepção que existe um outro separado de mim, surge a agressividade. Nenhuma separação é tranquila. Passa-se pelo momento de odiar o outro. Quando há, finalmente, entendimento entre os dois, já não existe mais amor, apenas indiferença.

*Se nós nas travessuras das noites eternas
Já confundimos tanto as nossas pernas
Diz com que pernas eu devo seguir*

Na posição esquizoparanóide, de Melanie Klein, há uma cisão entre o “seio bom” e o “seio mau”. Há uma dificuldade em integrar aspectos bons e maus no mesmo objeto. A idealização do outro

que ocorre nos apaixonamentos relaciona-se com a identificação do ego com o objeto ideal internalizado. Quando se está apaixonado projeta-se o seio bom, ou seja, somente aspectos positivos são relevantes. Ele é incrível e ela é perfeita. Na tentativa de proteger-se da angústia, preferimos nos defender a partir da idealização e da negação.

Na separação, o jogo continua o mesmo, mas muda-se de lado. O ex-amado é um monstro e ela, uma encrenca. Neste momento há uma sensação de despedaçamento. O sujeito que ama e sofre está fragmentado. Dói o dente, dói a mão, dói a cabeça, dói a barriga. Perde-se a unidade, o todo. O sujeito apaixonado integra-se pelo outro. Quando este lhe falta, falta a cola, que une os pedaços. Já não se sabe utilizar as pernas para andar, ou para ficar de pé, ou com as pernas de quem seguir, ou pra onde ir.

Se entornaste a nossa sorte pelo chão

Se na bagunça do teu coração

Meu sangue errou de veia e se perdeu

Gritamos, nos inconformamos, nos revoltamos. Como ele pôde me abandonar, me deixar ir? O outro é culpado à pena de morte, sem qualquer chance de julgamento ou absolvição. O outro colocou o amor a perder, derrubou da escada e o partiu em mil pedaços.

A minha alma partiu-se como um vaso vazio.

Caiu pela escada excessivamente abaixo.

Caiu das mãos da criada descuidada.

Caiu, fez-se em mais pedaços do que havia louça no vaso.

Asneira? Impossível? Sei lá!

Tenho mais sensações do que tinha quando me sentia eu.

Sou um espalhamento de cacos sobre um capacho por sacudir.

Fiz barulho na queda como um vaso que se partia.

Os deuses que há debruçaram-se do parapeito da escada.

E fitam os cacos que a criada deles fez de mim.

...

Álvaro de Campos – Apontamento

Para Lacan, a agressividade relaciona-se com a experiência anterior à unificação do eu, ou seja, um momento em que há ainda um corpo polimórfico, não definido. Na tentativa de identificar-se com uma imagem corporal, alienado pelo olhar do outro, há uma sensação de estranhamento.

A agressividade direcionada ao objeto perdido, tão comum nos fins de relacionamento, também surge de um estranhamento. Não temos clareza do que seremos sem o outro. Nos falta a referência para a unidade. Nos tornamos agressivos com o outro pois este nos abandonou em nossa constante (re) construção. Somos forçados a nos fortalecer sozinhos. Edificar, por nós mesmos, um novo Eu. Um novo José, uma nova Paula, um novo Roberto.

*Como, se na desordem do armário embutido
Meu paletó enlaça o teu vestido
E o meu sapato inda pisa no teu*

Não é difícil fingir que nada aconteceu e tentar retomar o vínculo. São várias as tentativas de aproximação: "Agora tudo será diferente". O desespero que se sente pela perda do objeto de amor é tamanho que nos faz fantasiar situações ideais de mudança e transformação. Você promete voltar a ser o que nunca foi. Ele jura que mudou e será como você sempre quis que ele fosse.

Coloca-se o seu desejo em função do que o outro gostaria. Não importa mais o que eu vejo, e sim o que você gostaria que eu visse. Quando se perde o guia, fica-se cego. Tal qual Édipo que tem seus olhos furados como punição por não ter visto, o apaixonado passa a ser cego, por ter amado.

*Como, se nos amamos feito dois pagãos
Teus seios ainda estão nas minhas mãos
Me explica com que cara eu vou sair*

No amor o sujeito dilui sua identidade, confundindo-se com a do outro. Não possui mais corpo próprio, não possui mais rosto. Sua cara é metade. Que rosto usar agora? Alguns escolhem, por ora, inventar uma máscara para poder sair à rua. Tal qual Eleanor Rigby (Beatles) que espera na janela, portando um rosto que ela guarda em um jarro perto da porta. Parece que se perde a referência do que usar, do que vestir, do que falar, do que pensar. É preciso (re) construir o próprio eu, só que agora, sozinho.

Na separação todo investimento libidinal, toda energia, atenção, cuidado e amor que antes era dirigindo para o objeto-casal passa a não ter mais pra onde ir. No rompimento há uma impossibilidade de se manter o outro como objeto de amor. Não é mais possível amá-lo de maneira real, por mais que esse amor ainda exista na fantasia. Há um excesso de energia que insiste em transbordar. O corpo grita por seu objeto de desejo, pois somente através dele é possível aliviar a tensão. Mas se o objeto resolve se retirar, fica a falta em seu lugar. Faz-se um buraco, uma ferida, uma falta pela ausência do objeto, antes incorporado, e agora perdido.

Fica a ferida no ego. Algo teve que quebrar para que aquele objeto, outrora vorazmente incorporado, pudesse sair e ser um outro, para além de você. A tarefa agora é retornar o interesse para si mesmo, uma vez que o objeto amado não voltará. Essa volta parece lenta e difícil. É preciso um tanto de coragem.

Não, acho que estás te fazendo de tonta

Te dei meus olhos pra tomares conta

Agora conta como hei de partir

No narcisismo secundário freudiano há uma projeção da libido para os objetos externos em oposição à libido do Eu. *“Enxergamos também, em traços largos, uma oposição entre libido do Eu e libido do objeto. Quanto mais se emprega uma, mais empobrece a outra. A mais elevada fase de desenvolvimento a que chega esta última aparece como estado de enamoramento; ele se apresenta como um abandono da própria personalidade em favor do investimento do objeto”* (Freud). Na ausência do objeto o retorno da libido para o Eu é necessária. Após a fase de luto, é importante ensaiar os primeiros passos em direção ao cuidado de si.

Segundo Winnicott, a real capacidade de estar só não é baseada somente em experiências que envolvem um confinamento solitário e sim na capacidade de ficar só quando mais alguém está presente. Tornar-se capaz de estar só, no apaixonamento, representa um amadurecimento emocional. A relação passa a ser de duas pessoas, que não querem se perder uma na outra, mas se encontrarem em algum lugar.

Como partir? Depois de perder o que para si lhe era tudo, de estar sozinho, de estar confuso, confundindo-se, depois de não encontrar consolo, de não encontrar lugar, de ser rejeitado, excluído, ignorado. Depois de não poder mais consigo. Depois do furacão, como prosseguir? Começando de novo, em outro lugar, de outra forma: com outra pessoa ou sozinho.

Bibliografia

Melanie Klein - Progressos em psicanálise. Cap VI. Algumas conclusões teóricas sobre a vida emocional do bebê.

Sigmund Freud - Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos. Obras completas. Volume 12

Winnicott, D. W. - O ambiente e os processos de maturação. Cap. 2. A capacidade de estar só.

1º Semestre 2013

Ciclo III

Aluno: Pedro Luís Padial de Jesus

Título: Deformações no Superego e Delinquência

Introdução

Neste trabalho semestral vamos dar continuidade ao tema que iniciamos no trabalho do 2º ciclo (A agressividade que resulta em crime), contextualizando-o agora no processos de saída do Édipo, cultura e civilização, e aspectos das consequências psíquicas das diferenças entre os sexos.

A abordagem deste tema nos foi possível em função de experiência que tivemos, há alguns anos, como membro do Conselho de Sentença do Tribunal do Júri de São Paulo. Apesar de àquela época não ter familiaridade com a psicanálise conseguimos hoje nos colocar em outro lugar, e promover a escuta psicanalítica, pois as lembranças ainda são muito claras, do que fomos convocados a decidir pela absolvição ou condenação de pessoas acusadas de crimes intencionais contra a vida. Reforço aqui o que já havia dito anteriormente, casos de pacientes que cometeram crimes devem ser raros em nossos atendimentos (é a nossa percepção) porém entendemos ser totalmente pertinente tratarmos o tema dentro da visão psicanalítica.

No trabalho do semestre anterior tratamos de um caso singular analisando recortes do julgamento de um sujeito homicida. Neste semestre vamos nos colocar numa posição plural analisando o tema dentro dos aspectos mencionados na proposta de trabalho, e incluindo alguns dados estatísticos para suportar nossa argumentação. Importante mencionar que vamos nos valer de outros domínios – Social, Jurídico, Político, Filosófico, etc... – apenas quando forem condicionantes ou condicionados pelo domínio Psíquico. Trata-se de um tema extremamente discutido, grave, impactante na vida comunitária, que provoca justas indignações face ao horror do Real da barbárie delituosa, porém vamos mantê-lo aqui dentro da visão Psicanalítica. E, é claro, sempre partindo do legítimo pressuposto moral que o crime é nefasto, condenável, devendo ser evitado e combatido, e que pode representar uma grave patologia para o sujeito, e invariavelmente acarretar graves consequências para o outro.

1- Civilização e abalo do Pacto Edípico

1.1 - Contextualização

Na saída do Édipo, e no período de latência que o sucede, o sujeito introjeta os valores do Pai, que contêm a Lei da Cultura, que lhe possibilitará, psiquicamente, prosseguir sua vida como ser social,

permitindo-lhe estabelecer todos os laços daí decorrentes. Para isto o sujeito renuncia aos seus desejos de onipotência, agressivos, incestuosos e parricidas. Ou seja, ocorre aí uma troca – um Pacto -, que resulta na formação inconsciente do Superego. Esta formação, mais do que um processo evolucionário é uma estrutura permanente, com o significante do Nome do Pai apontando para tudo que está pactuado – o que está permitido e o que está proibido pela Lei da Cultura.

E o sujeito continua sua trajetória psíquica e social. Até que, em um determinado momento, terá que se defrontar com a sua inserção na sociedade produtiva, através do trabalho, em suas mais variadas formas. Neste ponto um outro pacto ocorrerá. Hélio Pellegrino, em cujo texto nos baseamos, o chama de Pacto Social. Aqui o sujeito vivencia fortemente a passagem do princípio do prazer para o princípio da realidade. Todo o sofrimento a que foi acometido no Édipo, e que resultou na passagem da Lei da Natureza para a Lei da Cultura, aqui se manifesta de outra forma, lhe exigindo dedicar parte de sua vida, de seu tempo, a produzir para a sociedade. É um componente da Lei da Cultura que certamente se fixou na saída do Édipo como simbólico, porém não materializado com esta forte intensidade naquele momento. É um processo violento e suplicante, traço onipresente de todo processo civilizatório, que causa algum tipo de “mal estar” ao sujeito, bem contemplado na teoria freudiana. É o rochedo da castração. Tratamos deste assunto em nosso trabalho do ciclo I (1 sem 2012), e o complementamos no trabalho do ciclo II, fazendo reflexões psicanalíticas sobre a passagem do ser inumano para o ser humano, conforme tratado no seminário do prof. Plínio Prado – “Ineducação – a dívida com a Infância”.

O sucesso deste Pacto Social depende diretamente de que sua base, o Pacto Edípico, esteja estruturado de forma saudável. Com efeito, toda a sublimação que será demandada ao sujeito, ao lado de novas representações (ou ao menos o reforço das existentes), não conseguirão ser levadas a bom termo se o Pacto Edípico estiver fragilizado. Porém outra condição, igualmente importante, é a contrapartida que o sujeito recebe da sociedade em troca de suas renúncias, de forma semelhante que recebeu do Pai na saída do Édipo. Esta contrapartida é expressa pelo reconhecimento e valorização de seu trabalho, que leva o sujeito ao significante da justiça, ao menos minimamente satisfeita. Bem, entramos aqui no conceito de justiça social, regularmente tratado principalmente pela Filosofia, pelo Direito, pela Sociologia e pela Ciência Política, mas que é importante para a Psicanálise nesta situação. A conceituação que a meu ver é a mais adequada, e que de certa forma se aproxima de um entendimento psicanalítico, é a de racionalidade e de razoabilidade, proposta pelo filósofo norte americano John Rawls, já quase no final do século passado. Resumidamente, por esta proposta a contrapartida que se torna razoável para o indivíduo e para a sociedade é justa. Por oposição, o atendimento da racionalidade de um ou alguns membros da sociedade, maximizando suas contrapartidas em detrimento de um ou de alguns é injusta pois não é razoável. Enfim, o aprofundamento desta questão é bastante longo, mas o que nos interessa agora é a saída deste Pacto Social para o sujeito. Quando ele é razoável (sempre na visão do sujeito), justo, há a confirmação do

Pacto Edípico. Quando ele não é razoável, injusto, o sujeito rompe com este pacto pois não recebe a contrapartida de suas renúncias para entrar neste processo civilizatório.

1.2 –Ruptura que leva ao crime

As consequências psíquicas desta ruptura podem não ficar restritas a este pacto de civilização, através da retroação ao pacto anterior que o antecedeu, o Edípico, que é então abalado em suas estruturas. Os valores da Lei da Cultura poderão ser alterados, e todas as renúncias pulsionais – onipotência, incesto, etc... são como que desativadas resultando na catexização de uma forte pulsão de morte, agressiva, contra a sociedade, que passa a ser atacada, cegamente, por este sujeito. É a perda do significante do Nome do Pai, ou a sua drástica redução, ou ainda a sua associação a representações psíquicas puramente agressivas. É, em resumo, a delinquência e o crime, manifestados através da satisfação a esta pulsão tendo como objetos membros da sociedade, e desenvolvendo as mais variadas e criativas vicissitudes que se aproveitarão das facilidades de execução que o sistema sócio-produtivo oferece.

Há ainda a delinquência provocada por um Pacto Edípico mal formado. Qualitativamente, segue o mesmo processo anteriormente descrito, porém sem a necessidade de um choque forte no Pacto Social. A estrutura inconsciente, a Lei do Pai, Lei da Cultura, está tão fragilizada que uma pequena pressão é o suficiente para derrubá-la. E há aqueles casos em que Pais (ou quem esta função exerce) delinquentes já passam parte de sua Lei com os significantes da violência e da delinquência instanciados.

Antes de passarmos a mostrar algumas informações do Real deste cenário, há um ponto que não conseguimos desenvolver. Diz respeito à classificação psicanalítica do processo regressivo exposto, que tem todas as características de uma patologia, neurose, perversão ou psicose, pois tem todos os elementos estruturais para isto. Ou seja, pelo que conhecemos até aqui a tipificação aplicável seria a perversão do sadismo, mas nos parece muito genérica para este tipo de patologia.

Não há necessidade de citarmos casos específicos para ilustrarmos este contexto. Nossa mídia se encarrega de nos trazê-los todos os dias.

Para termos uma visão campo de toda esta conceituação vamos nos valer das estatísticas do censo penitenciário brasileiro de 2010, elaborado pelo Ministério da Justiça. O censo é bem completo, mas para nossos propósitos incluímos, em anexo, três figuras que resumem os resultados. Excluindo-se a tipificação Homicídio que está parcialmente ligada à quebra do Pacto Social e da qual falaremos mais abaixo, todas as demais, totalizando cerca de 2/3, de uma forma ou de outra, parcial ou total, estão diretamente relacionadas a uma quebra de Pacto Social. É sempre importante lembrar que os números absolutos retratados neste censo, cerca de 473.000 presos (que atualmente está por volta de 600.000), estão muito abaixo do nível efetivo (real) das transgressões, em função da conhecida insuficiência, de contingente, de nossos sistemas de Segurança e de Justiça. Não temos dados para

mensuração desta defasagem, mas pelas informações que dispomos para a tipificação Homicídios esta proporção é de 8 condenados para cada 100 homicídios, sendo que para 75 destes homicídios não há sequer identificação do autor. Este quadro, de certa forma, reduz as resistências psíquicas à quebra do Pacto, e com certeza facilita as vicissitudes da pulsão de morte na operacionalização dos atos de agressão, a partir da expectativa do sujeito não ser alcançado pela Lei Real, Lei da Sociedade. Para termos a dimensão desta facilidade, nos Estados Unidos este número é 35, na França 20, e na Inglaterra 10.

1.3 – Crime sem ruptura

Vamos agora falar um pouco, sem nos aprofundarmos, sobre o homicídio, transgressão que conhecemos um pouco mais a fundo em função de nossa atuação no Tribunal do Júri. Parte dos homicidas se encaixam no modelo exposto anteriormente – ruptura do Pacto Social – pois decorrem de disputas ou ações de sujeitos que já praticam as demais tipificações. Porém, outra parte é composta de pessoas, que trabalham, que tem uma “vida normal”, ou seja, que não romperam com a sociedade. Não conseguimos vislumbrar, como nos casos de ruptura, uma estrutura de causação para estes casos. Em um dos casos de que participamos (que desenvolvemos no trabalho do ciclo II) a causação faz sentido: suspeita clara de uma psicose paranóide, persecutória, que pode levar o sujeito a matar. Em outros casos já não há um sentido aparente. Um foi decorrente de uma discussão por um motivo banal (futebol) entre vítima e réu, mas que pelos depoimentos durante o julgamento havia um rixa entre eles que agora suspeito ser provocada por uma inveja da vítima. Há outro caso ainda, também decorrente de discussão em bar, que o único fator não banal foi a ingestão de álcool por réu e vítima, que não se conheciam. E houve outros casos semelhantes. Enfim, a questão que se coloca aqui é como a pulsão de morte assume vicissitudes tão extremas a ponto de se satisfazer apenas com o assassinato em situações cotidianas. É um ponto ainda a ser pesquisado: porque falham as barreiras destinadas a conter a esta pulsão de destruição total?

1.4 – Ruptura que não leva ao crime

Antes de finalizarmos é importante colocar mais um ponto relacionado à ruptura do Pacto Social. Há situações em que o sujeito atingido pela injustiça, direta ou indiretamente através de sua observação da sociedade ou experiência própria, não rompe com a sociedade mas passa a questioná-la. Nesta situação o sujeito mantém o seu Pacto Edípico, mantendo em sua estrutura inconsciente o compromisso com a Lei do Pai Simbólico, e toda sua atuação será no sentido de transformar esta sociedade para torná-la mais justa, mais razoável, sem que para isto precise atacá-la. O foco de nosso trabalho é outro, é a escuta da ruptura que resulta em delinquência. Porém esta outra saída da ruptura chama muito a nossa atenção. Então vamos nos permitir nos afastar do tema central, e falar um pouco sobre ela sem a mesma profundidade da anterior. A escuta que conseguimos fazer aqui é que a ruptura ocorre em função de valores mais gerais, coletivos, que podem vir de muito longe, que podem vir se modificando, ou se distorcendo, ao longo das gerações, que nem sempre são fáceis de

interpretar, mas que estão no sujeito, por filogênese ou não, mas lá estão inscritos nas estruturas inconscientes. Desta forma o sujeito diante da incompatibilidade dos valores com os quais está se defrontando no Real da sociedade, e ou com a sua não adequação ao atual contexto social, rompe não com toda a sociedade mas com uma parte dela, geralmente o estado que a representa naquele momento. Na nossa escuta há aqui também uma retroação ao Pacto Edípico, na Lei do Pai. O significante Nome do Pai na sua representação mais específica é plural, é Nomes do Pai, dentro da interpretação lacaniana desta função. Então a lei que está em jogo aqui é a Lei do Pai Patriarca, interpretada, confirmada, ou confrontada pelo sujeito. Ou seja, há acionamento e alteração das estruturas inconscientes do Pacto Edípico do sujeito.

Felizmente não temos estatísticas prisionais para mostrar deste tipo de ruptura, pois faz um bom tempo que por aqui a civilização chegou à lei Real, que não a trata mais como delinquência. A sua busca então necessita ser feita em exemplos de sujeitos. Aqui nos deparamos com uma dificuldade. As manifestações conhecidas dos sujeitos, que percorreram este caminho, estão formatadas no padrão político que pela sua composição hermética e disciplinada, e pela sua objetividade estratégica de resultados, torna difícil uma escuta psicanalítica para nosso atual estágio do saber psicanalítico. No entanto podemos encontrá-las nas manifestações artísticas que nos permitem escutar um pouco deste inconsciente. Neste sentido vamos encontrar John Lennon, cuja atuação social é muito pouco divulgada e conhecida, com sua emblemática canção Imagine. Encontramos também Ruy Gerra e Chico Buarque na esplendorosa versão de The Impossible Dream. Porém é na poesia, que por não ter limites de tamanho e tempo de execução como uma canção, é que vamos encontrar um exemplo marcante. Cecília Meireles, poetisa brasileira, escreveu, na metade do século passado, o Romanceiro da Inconfidência, poema que inicialmente se propunha a ser histórico, um poema épico. Porém, com o desenrolar do trabalho, Cecília foi muito além disto. Ela mesma declara em uma das conferências que proferiu sobre o poema “Muitas coisas se desprendem e perdem – ou parecem desprendidas e perdidas – ilimitado tempo; mas outros vêm, como heranças intactas, de geração em geração, caminhando conosco, vivas para sempre, vivas e atuantes, e não lhes podemos escapar, e sentimos que não lhes podemos resistir.” E mais adiante prossegue “Os fantasmas [referência aos inconfidentes] sabiam, certamente, o que queriam dizer...” e mais adiante “...porque se impunha, acima de tudo, o respeito por essas vozes que falavam, que se confessavam, que exigiam, quase o registro de sua história.” Cecília investiu 4 anos de sua vida, de quase confinamento, por Ouro Preto e região, para escrever o poema. Nesta mesma conferência ela declarou que a partir de determinado momento ela não mais o compunha e sim que ele próprio passou a ser compor. Efetivamente muitas passagens do poema apresentam conteúdos totalmente psíquicos dos personagens, impossíveis de estar em algum registro histórico. Na realidade Cecília estava falando dela, resgatando as identificações que já tinha ou que adquiriu nesta jornada, apontados pelo significante do Pai, e confrontando-as com o Real avassalador, de sua época ou o que descobriu em suas pesquisas dos

episódios da Inconfidência. Para ilustrar separamos duas estrofes do Romance 59 ou Reflexão dos Justos.

Sábios, ilustres, ardentes / quando tudo era esperança... / E agora tão deslembados / até da sua aliança! / Também a memória sofre, / e o heroísmo também cansa.

Não choram somente os fracos. / O mais destemido e forte, / um dia também pergunta, / contemplando a humana sorte, / se aqueles por quem morremos / merecerão nossa morte.

1.5 – Conclusões da primeira parte

Esta escuta que fizemos está longe de exaurir a causação psíquica dos crimes, tanto em qualidade quanto em profundidade. Há ainda outras causas psíquicas para crimes que não abordamos, como as pulsões que movem o sujeito homicida, e as que levam o sujeito (e aqui encontramos grandes grupos) à prática de crimes decorrentes do fanatismo político-religioso. Nestes últimos, particularmente, a eliminação do Nome do Pai parece ser total, a cegueira parece ser absoluta, o ódio passa a estar no consciente e no inconsciente, não restando nas estruturas psíquicas dos sujeitos nem a histórica ambivalência, da civilização, ódio x amor ou amor x ódio. É como se o investimento objetal da libido, sublimada, em um líder, ideologia, ou crença, representantes atuais de um violento Pai Totêmico, retroaja e assuma o superego destes seguidores. E através de um fascínio a este objeto introjetado, reduzem enormemente a capacidade de seus egos, e passam a praticar a barbárie para a satisfação deste objeto, que está individualizado em cada (seguidor) um, porém quase idêntico em todos.

Com relação à causação psíquica da delinquência a escuta também não é exaustiva, também em qualidade e profundidade, havendo muitos outros pontos a pesquisar. Dentre estes destaco a gradação na delinquência, em que não há uma quebra cega do Pacto Social, com o sujeito combinando a prática antissocial de delitos, as vezes pequenos e raros, com uma vida civilizada normal. E, também, como a Psicanálise pode ajudar este sujeito, identificando e tratando esta patologia para que não caminhe para a ruptura.

2- Consequências Psíquicas das diferenças entre os sexos

Neste semestre estudamos este tema onde Freud nos coloca que a diferença entre os sexos leva a uma configuração e desenvolvimento do complexo Edípico também diferenciados. Por sua vez esta diferenciação leva a consequências psíquicas também diferentes. Coloca-nos também que é um tema “em aberto” quanto às especificidades das conclusões, mas não quanto à existência das consequências.

Dentro do contexto deste trabalho, o tema se torna relevante pois é uma das principais conclusões de Freud quanto às consequências psíquicas das diferenças entre os sexos – a ética na saída do Édipo. Vamos partir das estatísticas do censo penitenciário que está resumido nas três figuras anexas. Antes de passarmos às considerações psíquicas é importante ressaltar a universalidade do critério estatístico das informações ali mostradas: todas as pessoas foram julgadas de acordo com as mesmas leis,

seguindo os mesmos procedimentos, tendo os mesmos direitos de defesa, de forma que não há nenhum outro fator determinante além do delito cometido. Ou seja, os dados são precisos.

Há uma diferença muito marcante entre a proporção de mulheres e de homens presos. Em 2009 esta proporção era de 1 para 14 e nos outros anos do censo esta relação foi até um pouco maior. Na nossa visão a explicação mais forte, para tamanha desproporção reside na estrutura psíquica dos sujeitos. Com efeito, o fator determinante do crime é a transgressão, total ou parcial, da Lei da Cultura. Ou seja, parece ser realmente uma consequência psíquica da diferença entre os sexos. Poderá haver eventuais fatores sociais e econômicos que contribuam para isto, mas serão pequenos coadjuvantes.

Partindo das exposições do item anterior, que vincula a delinquência à ruptura do Pacto Edípico, em consequência da ruptura do Pacto Social ou a uma saída deformada do Édipo, teríamos algumas hipóteses de trabalho (apenas lógicas, sem fundamentação de campo) para explicar a diferença:

1)-As mulheres resolveriam melhor o Pacto Social que os homens, de sorte que o romperiam com menor frequência. Uma consequência desta hipótese seria o Pacto Edípico mais consistente, pois é nele que o Pacto Social ancora.

2)-Mesmo rompido o Pacto Social, o abalo do Pacto Edípico seria melhor suportado em função de sua maior consistência, tendo como resultado a manutenção da Lei do Pai Simbólico.

Parece que de alguma forma estas hipóteses caminham no sentido das conclusões parciais que Freud nos colocou a respeito do assunto: “Não posso fugir à noção (embora hesite em lhe dar expressão) de que, para as mulheres, o nível daquilo que é eticamente normal, é diferente do que ele é nos homens. Seu superego nunca é tão *inexorável*, tão impessoal, tão independente de suas origens emocionais como exigimos que seja nos homens.” Ou seja, estas afirmações parecem apontar para uma maior flexibilidade na solução de situações conflituosas, maior habilidade para evitar rupturas que seriam *inexoráveis* para os homens.

Enfim, a polêmica é grande! Certamente há outras hipóteses, algumas variantes destas duas apresentadas, mas nosso objetivo aqui com esta escuta foi lançar, a um só tempo, um questionamento e um novo recorte sobre este tema que tanto tem prendido a atenção da Psicanálise.

Bibliografia

Freud, Sigmund. Totem e Tabu.

Freud, Sigmund. Algumas Consequências Psíquicas da Diferença Anatômica entre os Sexos.

Freud, Sigmund. Psicologia de Grupo e a Análise do Ego.

Pellegrino, Hélio. Pacto Edípico e Pacto Social.

Jesus, Carlos F.R. John Rawls - A Concepção de Ser Humano e a Fundamentação dos Direitos do Homem.

Rawls, John. A Theory of Justice.

Koltai, Caterina. Totem e Tabu Um Mito Freudiano.

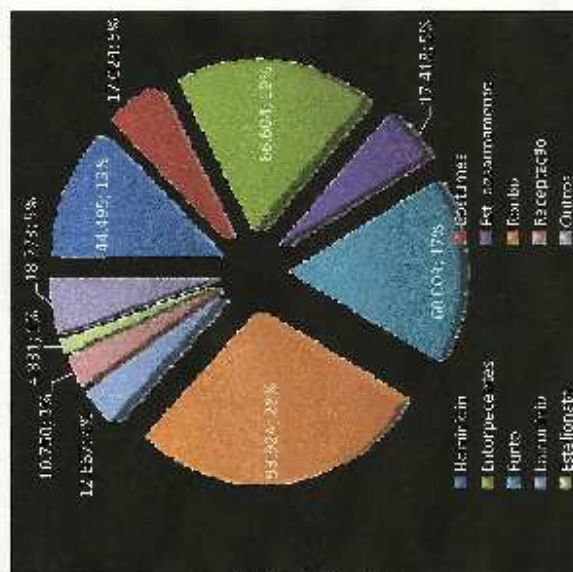
Meireles, Cecília. Romanceiro da Inconfidência.

Evolução Presos Dezembro 2005/2009



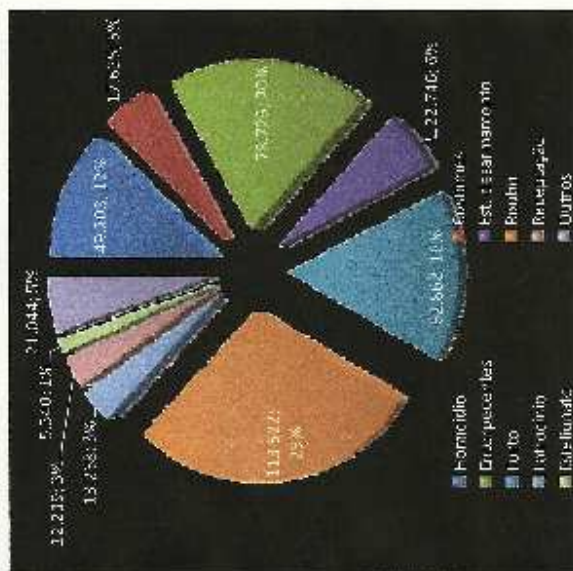
Tipificação - Masculino

2008



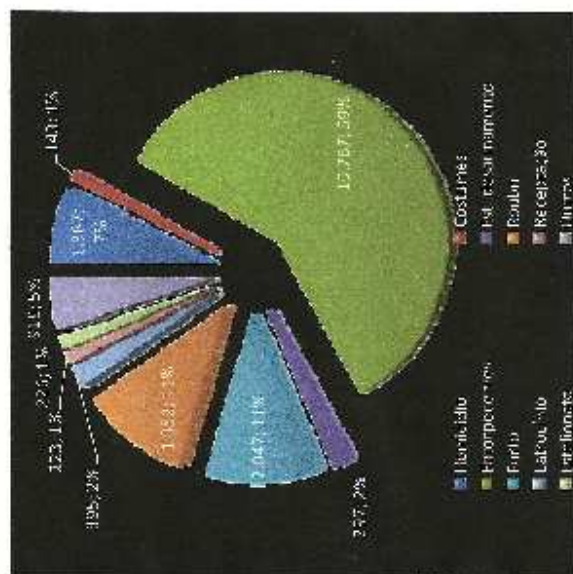
Os dados referem-se apenas à população carcerária registrada no sistema penitenciário. Não são incluídos os dados de presos em unidades prisionais, pois não são incluídos no sistema penitenciário em 2008 e 2009. Esse divergência decorre da inconsistência no preenchimento dos dados pelas Unidades de Federação.

2009

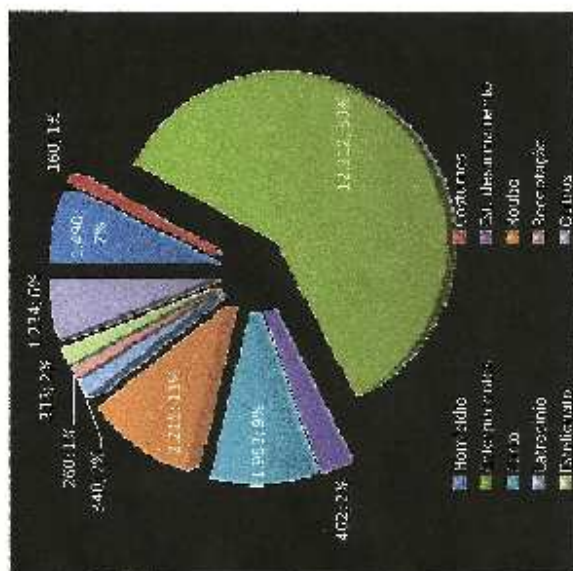


Tipificação - Feminino

2008



2009



Os dados referem-se apenas à população carcerária custodiada no sistema penitenciário. Não excluiu-se do gráfico as presenças em unidades policiais, no âmbito dos indicadores constantes nos gráficos acima não coincidem com o total de presenças constantes no sistema penitenciário em 2008 e 2009. Essa divergência decorre de diferenças entre os procedimentos de contagem das unidades de custódia.

1º Semestre 2013

Ciclo IV

Aluno: Luiz Carlos Storni

Título: Palavras

Introdução

No início deste ano deparei-me com uma frase-poema do Leminski que diz: “Repare bem no que não digo”.

Ela me tocou pela sua aplicação à Psicanálise, como algo a se pensar, a refletir sob o fazer psicanalítico, em nosso trabalho com as palavras, que como diz poeticamente Leminski, estão carregadas de não ditos.

Pouco depois assisti ao filme “A Caça” (Jagten, 2012) de Thomas Vinterberg, diretor dinamarquês, que nesse filme mostra diversas facetas da palavra: a palavra de uma criança de 4 ou 5 anos, que acusa um adulto de violência sexual, por ter seu amor por ele rejeitado; a palavra desse adulto, ou a quase ausência dela, que não consegue fazer valer a sua versão da estória para defender-se de uma comunidade que o acusa injustamente, e a palavra da comunidade da qual ele faz parte, uma pequena comunidade extremamente religiosa, conservadora e moralista que o condena sem direito a uma palavra de defesa. E finalmente a palavra da lei, que o inocenta.

Palavras perverso-polimorfos de uma criança, palavras neuróticas e palavras perversas adultas permeiam esse filme.

Lendo uma crítica ao filme, escrita por Cezar Zamberlein na Revista Interlúdio¹, outro filme dinamarquês foi citado, este mais antigo: “A Palavra” (Ordet, 1955), de T.H.Dreyer, filme que ganhou o Leão de Ouro em Veneza, em 1955, e que trata o tema da palavra sob uma ótica um pouco distinta. Em Dreyer há o conflito entre dois chefes de família, motivado pela palavra religiosa, ambos cristãos, mas de orientações diferentes, que não aceitavam a palavra de um e do outro e impedem o casamento de seus filhos. O filho de um deles, após estudar a filosofia de Søren Kierkegaard, tem um surto psicótico e passa a crer ser Jesus Cristo. Quando sua cunhada morre em trabalho de parto, ele acredita ter a palavra para ressuscitá-la, e o faz. Nesse filme as palavras da fé e da razão são constantemente contrapostas - as palavras do neurótico e do psicótico.

E assim, sempre esbarrando na palavra de formas diversas, não consegui evitá-la como tema do meu

¹ <http://www.revistainterludio.com.br/?p=4277>

trabalho.

E nem da poesia, com a qual pretendo ilustrar meu percurso pelo tema.

A palavra e a Psicanálise

A Psicanálise trabalha essencialmente com a palavra.

Freud utilizou-se da palavra escrita para suportar sua teoria, teoria esta fortemente fundamentada pela palavra oral da sua clínica.

Na Psicanálise a palavra pertence ao analisando, ele que nos conta sua história através delas, significando-as e ressignificando-as no seu percurso em busca dos elos perdidos de sua história pessoal.

Freud e Lacan nos dizem que através da palavra são criadas metáforas que simbolizam algo do real que é inapreensível, que não nos é permitido acessar, recalcado que está.

Lembrando Leminski, palavras não ditas, sejam apenas esboçadas, ou totalmente interditas, também nos dizem muito sobre o sujeito.

Há momentos na clínica em que o silêncio do analista induz o analisando a falar e a pensar no que ele diz. E, em outros, ao contrário, o silêncio do analisando cria algo produtivo no ambiente analítico, que não foi possível ter sido dito com palavras.

Lacan releu Freud baseado nos conceitos da Linguística de Saussure², aliada a noção de “simbólico” de Lévi-Strauss, e mais tarde com Roman Jakobson, para definir o Inconsciente como uma linguagem estruturada logicamente, em contraposição ao cientificismo biológico da definição do Inconsciente de Freud.

De Saussure, Lacan usou os conceitos de significado – o conceito e de significante – a imagem acústica de um conceito, parte do signo linguístico, e inverteu a concepção de Saussure, evidenciando a primazia do significante sobre o significado.

De Jakobson, incorporou à sua teoria os conceitos de metáfora e metonímia.

No dizer de Lacan, usando as palavras de Quinodoz, *“com base na Interpretação dos sonhos, a associação livre conduz pouco a pouco a cadeias de pensamento, que por sua vez levam a cadeias de palavras, uma técnica que permite identificar a pista do significado perdido.”*³

Lacan revê os conceitos de condensação e deslocamento empregados por Freud na sua Interpretação dos Sonhos, interpretando-os, respectivamente, como sintoma e desejo (metáfora e metonímia), e daí parte para a sua enunciação de que o Inconsciente é estruturado como uma linguagem.

² “Curso de Linguística Geral”, Ferdinand Saussure

³ “Como Ler Freud”, Jean-Michel Quinodoz

Sobre a Palavra (e o discurso do autor)

*“No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus”*⁴. Que Luiz Tatit poeticamente subverteu para: “assim era no princípio, metáfora pura pairando no ar”, e mais adiante: “depois veio o verbo, um pouco mais lerdo, que tornou tudo mais difícil, criou o real, criou o fictício...”⁵. Em grego, palavra é “pharmakon”, que em português deu origem à farmácia e que no Fedro, Platão coloca “pharmakon” como sendo veneno e cura para a alma.

A palavra escrita ou oral é uma questão antiga do homem, que desde tempos remotos tem se debruçado sobre suas diversas manifestações e interpretações, a começar pela forma que toma - se pronunciada ou se escrita.

Um dito como “scripta manent, verba volant” pode significar tanto que a escrita permanece e a palavra oral é efêmera, quanto que a escrita petrifica a palavra, enquanto a palavra oral pode “voar” e desdobrar-se em outras palavras, assumindo outros significados pela sua transmissão.

A palavra escrita, que é cultuada a partir de livros como a Bíblia, o Tora, os Vedas, o Corão - no Oriente dizem que são obras ditadas por um espírito superior; não é aquela petrificada, pois incitaria ao diálogo, a interpretação. Platão é um exemplo desse diálogo, que ele atribui aos personagens de suas obras, como Sócrates, o principal deles, um filósofo que não deixou nada escrito, assim como Jesus Cristo e Buda, que também só transmitiram a palavra oral e esta era depois retransmitida por seus seguidores.

Ao invés de um autor, temos então múltiplos autores.

Isso nos remete a questão da autoria, quem é o autor, ou como pergunta Michael Foucault, em “O que é um autor?”⁶. Foucault propõe o discurso como operador de análise das relações sociais. E menciona Freud (e Marx) como um desses operadores que se autorizam a propriedade na autoria, sustentando um lugar de verdade em relação aos saberes já estabelecidos em um determinado campo, e em uma determinada época.

Para Foucault o autor não existe, ele cria um vazio que é ocupado pelo leitor, que vai recriar a obra através da leitura, diz ainda, que o autor escreve para apagar a sua experiência e para preservar a sua presença, mesmo após sua morte. Escrever seria uma forma de eternizar-se.

A partir da fala de Foucault, Lacan declara ter sentido convocado a falar, uma vez que ele definia sua incursão na Psicanálise como um retorno a Freud, e o faz no Seminário XVII, o Aveso da Psicanálise, em 1969, onde aborda os quatro discursos contemporâneos: o do mestre, o da histérica, o do analista e o do universitário, baseados no que Freud disse em o Mal Estar da Civilização, sobre

⁴ O Evangelho segundo São João

⁵ Música O Meio, Luiz Tatit - <http://www.youtube.com/watch?v=4636S17QSjl>

⁶ “O que é um autor” Foucault M.: http://fido.rockymedia.net/anthro/foucault_autor.pdf

as três profissões impossíveis: governar, educar, analisar, com Lacan adicionando uma quarta: o fazer-se desejar.

O discurso do mestre é baseado na relação do mestre- escravo que Hegel postulou em sua Fenomenologia do Espírito.

Lacan ainda mencionaria um quinto discurso, o do capitalista, uma derivação do discurso do mestre, também chamado de discurso do mestre contemporâneo.

A palavra em Freud e Lacan

Freud tem a palavra como tema em grande parte da sua obra.

E Freud foi um mestre no uso da palavra, com uma escrita envolvente, faz lembrar os diálogos platônicos, envolvendo o leitor e fazendo-o acompanhar seu raciocínio.

Jung, em uma fala do filme Um Método Perigoso (A Dangerous Method, 2011), de David Cronenberg, após seu famoso encontro com Freud no qual conversaram por 13 horas, comenta com Sabine Spielrein - sua discípula e posteriormente amante, que Freud era muito envolvente e que seu discurso tendia a fazer as pessoas a convencerem-se a pensar com e como ele.

Freud tratou das palavras e suas origens e derivações, na “Psicopatologia da Vida Cotidiana” (1901) onde aborda: “O esquecimento dos nomes próprios”; “O esquecimento de palavras estrangeiras”; “O esquecimento de nomes e sequência de palavras”; “os Lapsos da Fala”; “Os Lapsos de Leitura e de Escrita”, em “Os chistes e sua relação com o Inconsciente “(1905); no texto sobre “a Negativa “(1925), em “Porque a Guerra” (1933), na resposta a Einstein em que ele diz que a guerra é uma suspensão da palavra e a política uma guerra feita com as palavras.

Já Lacan privilegiou uma escrita mais difícil, se compararmos com a ideia sobre o livro exposta anteriormente, e seus textos são para o diálogo, mas um diálogo que, via de regra, exige mais que um interlocutor, múltiplas visões, leituras em grupos, o que tornaria menos árida sua leitura.

João Cabral tem um poema, que serve como ilustração da escrita lacaniana.

Comparando a escrita ao catar feijão, uma atividade do dia a dia, uma pedra no feijão pode causar danos a quem o come, mas uma pedra na escrita, “açula a atenção” e nos faz ficar atentos a ela, me parece ser esse o objetivo de Lacan, embora muitas vezes sua interpretação seja mais hermética que suas palavras:

*“Ora, nesse catar feijão entra um risco:
o de que entre os grãos pesados entre
um grão qualquer, pedra ou indigesto,
um grão imastigável, de quebrar dente.
Certo não, quando ao catar palavras:
a pedra dá à frase seu grão mais vivo:
obstrui a leitura fluviente, flutual,
açula a atenção, isca-a como o risco.”⁷*

As palavras e as estruturas

Embora a palavra permeie toda nossa vida desde o começo da constituição do sujeito, quer seja através das palavras da mãe ao amamentar o bebê; as palavras embevecidas dos pais para “sua majestade o bebê” - importantes na fase do narcisismo primário, é no Édipo que ela ganha um contorno especial, pois é a palavra do pai, que transmite a lei simbólica e introduz o filho na cultura.

É a partir daí que, estabelecidas as estruturas de base: confusional, melancólica ou esquizofrênica, como diz Pichon em sua Psicopatologia Vincular, vão ser criadas as defesas que aqui tentarei relacionar com as palavras.

Produzimos defesas para tentar solucionar aos dilemas constantes que viver nos impõe, nesse constante embate entre pulsões de vida (sexuais) e de morte, inconsciente e consciente, razão e sentimento, amor e ódio, um traduzir-se que Ferreira Gullar coloca como:

*“Uma parte de mim/ é só vertigem:/ outra parte,/ linguagem./
Traduzir uma parte/ na outra parte/ - que é uma questão/ de vida ou morte - /
será arte?”⁸*

1. A Neurose.

O neurótico aceita a castração, mas recalca algo que retorna constantemente através da recordação, repetição em busca de uma elaboração.

Esse recalcado pode ser entendido como uma palavra sem sentido que não se revela, por estar no domínio do Inconsciente, e que através de deslocamentos vai ganhando sentidos diversos, distanciando-se de seu “não sentido” original.

Um das armas dessa defesa do recalcado é a negação. Diz Freud: “A negativa constitui um método de tomar conhecimento do que está reprimido, com efeito, já é uma suspensão da repressão, embora

⁷ “Catar Feijão”, João Cabral de Mello Neto

⁸ “Traduzir-se”, Ferreira Gullar.

não, naturalmente, uma aceitação do que está reprimido ⁹.

Michele Faria, analista do CEP, usa um conceito que na clínica lacaniana a neurose é trabalhada como uma decantação das palavras deslocada até chegar-se à “palavra” que está na raiz do sintoma, uma utilização dos sentidos das palavras em busca de um não sentido.

A poesia de Drummond nos ajuda a sumarizar isso, quando diz de uma palavra dormindo na sombra de um Livro raro – o significado recalcado no Inconsciente, e a busca do neurótico na busca desse significante/senha, na análise:

*“Certa palavra dorme na sombra
de um livro raro.
Como desencantá-la?
É a senha da vida
A senha do mundo
Vou procurá-la!”⁹*

2. A Psicose

O Psicótico não chega à castração, fica fixado em um ponto anterior do estágio oral.

Assim não se submete a lei por não poder articular um discurso, não simbolizar.

Embora o faça muitas vezes, subvertendo alguns conceitos da dita normalidade, como exemplifica uma fala do filme “Estamira” (2004), de Marcos Prado, quando a personagem Estamira, uma moradora do lixão do Jardim Gramacho, RJ, diz:

“A culpa é do hipócrita, mentiroso, esperto ao contrário que joga a pedra e esconde a mão.”

Segundo Lacan, na Psicose não há a simbolização do Real. Ou seja, não há palavra que expresse a falta. Na clínica lacaniana, ainda citando Michelle Faria, o trabalho do analista é criar uma metáfora delirante com o analisando para dar conta de alguns sentidos e para que ele de conta de suportar o que não tem sentido.

Uma poesia de João Cabral, que fala da seca nordestina poderia ser utilizada aqui como palavras que definem a Psicose e a elaboração de um tratamento.

Nele há uma perda do discurso, a palavra fica em situação “dicionária”, fechada em seu próprio contexto, sem a sintaxe que a faz comunicar com o outro e, com a lei.

Na segunda parte o exemplo aplica-se para o tratamento analítico, de ir criando uma metáfora delirante para o psicótico:

⁹ Discurso de primavera e algumas sombras”, Carlos Drummond de Andrade

*Quando um rio corta, corta-se de vez
o discurso-rio de água que ele fazia;
cortado, a água se quebra em pedaços,
em poços de água, em água paralítica.
Em situação de poço, a água equivale
a uma palavra em situação dicionária:
isolada, estanque no poço dela mesma,
e porque assim estanque, estancada;
mais: porque assim estancada, muda,
e muda porque com nenhuma comunica,
porque cortou-se a sintaxe desse rio,
o fio de água por que ele discorria.*

*

*O curso de um rio, seu discurso-rio,
chega raramente a se reatar de vez;
um rio precisa de muito fio de água
para refazer o fio antigo que o fez.
Salvo a grandiloquência de uma cheia
lhe impondo interina outra linguagem,
um rio precisa de muita água em fios
para que todos os poços se enfrasem:
se reatando, de um para outro poço,
em frases curtas, então frase a frase,
até a sentença-rio do discurso único
em que se tem voz a seca ele combate¹⁰*

3. Perversão

A perversão não me parece ser algo que se possa retratar por uma poesia, não há metáforas poéticas no discurso do perverso, ele passa pela castração, mas não obedece a lei, a lei é ele, é como disse Luis XIV: “L’etat c’est moi” (“O estado sou eu”).

Perversão é um termo derivado do latim, “per vertere”, pôr-se a parte, como algo a corromper, depravar, a desmoralizar qualquer regra.

Embora possamos buscar na literatura erótica, em Manuel de Barros, por exemplo, se consideramos a perversão relacionada aos fetiches, alguma literatura poética.

¹⁰“ Rios sem Discurso”, João Cabral de Mello Neto

*“Entra um chamejamento de luxúria em mim:
Ela há de se deitar sobre meu corpo em toda
a espessura de sua boca!
Agora estou varado de entremências.
(Sou pervertido pelas castidades? Santificado
pelas imundícias?)
Há certas frases que se iluminam pelo opaco”¹¹*

Mas seria a perversão do neurótico, não uma estrutura.

Vejo o discurso do perverso muito mais na prosa, como uma manipulação do sujeito impingindo-lhe dor sem considerar-se culpado pelo que faz, pois está obedecendo a vontade, a palavra do Outro.

O exemplo que me ocorre aqui seria o discurso do capitalista de Lacan, onde há uma verdade estabelecida, que determina o gozo do sujeito, sem envolver a sua produção.

Na propaganda, principalmente nas mídias como televisão (e agora até o cinema) veicula uma mensagem de sustentação de um saber sobre o gozo. A sociedade de consumo produz não um saber como meio de gozo, mas um saber sobre o gozo, que afirma a alienação narcísica e oculta o gozo da ideologia contemporânea sustentada pela indústria cultural.

A palavra é usada como uma ordem para gozar: “Você precisa disso”, “Compre já”, “O sabor de aventura” e coisas assim, constituem o discurso da propaganda.

O perverso também sofre, talvez como o mito do Prometeu acorrentado, sua sina, como perverso é ter seu fígado bicado, como uma pena pela repetição do seu ato que se repete indefinidamente.

Conclusão (ou uma última palavra)

Usei inúmeras palavras para falar da palavra na vertente teórica da Psicanálise, um dos pilares da formação de um analista, os outros dois são: sua análise pessoal – as palavras que contam sua história e a supervisão, a palavra de orientação de outro analista, a palavra de um suposto saber.

Uma certa verborragia teórica é algo com que temos que nos cuidar em nossa prática, há a tendência de usar palavras em demasia para teorizar, por vezes com certo hermetismo – há quem pareça escrever para ser entendido somente por seus pares, como se fora uma seita, também cita-se muito, o que pode ser não uma apropriação das ideias, mas somente apropriação das palavras.

No papel palavras são riscos, como traços, e uma vez escritas trazem riscos de outra ordem: de nos implicar, de não nos comprometer, de (des) agradar, de não dizer nada, de querer dizer tudo, etc..

Mas a palavra a ser cuidada, são as que vão sendo ditas pelo analisando após a formação de um vínculo com o analista, que possibilite que se estabeleça uma transferência.

¹¹“ Livro da Ignorãças”, Manuel de Barros

Fábio Landa, em um evento no CEP em 2012, sobre Ferenczi e a Confusão de línguas, disse poeticamente sobre a análise que uma pessoa (analisando) joga uma garrafa ao mar com um pedido de socorro, uma outra a recolhe (o analista), não entende o que está escrito mas se implica na tarefa de tentar entender essa mensagem com a ajuda da pessoa que lançou a garrafa, e juntos descobrir, palavra por palavra, o pedido de socorro original.

E termino, como comecei, com Leminski:

*“O bicho alfabeto
tem vinte e três patas
ou quase
por onde ele passa
nascem palavras
e frases
com frases
se fazem asas
palavras
o vento leve
o bicho alfabeto
passa fica o que não se escreve”¹²*

¹² “bicho alfabeto” Paulo Leminski

Bibliografia

- FREUD, Sigmund - **Edição Standard Brasileira das Obras completas** - Rio de Janeiro- Imago, 2006
Vol. VI, Sobre a Psicopatologia da Vida Cotidiana (1901)
Vol. XIX, O Ego o ID e outros trabalhos (A Negativa),(1925)
Vol. XX, o Futuro de Uma Ilusão, O Mal estar da Civilização e outros trabalhos (1925,1926)
Vol. XXII, Porque a Guerra (Einstein e Freud), 1933
Lacan J. – **O Seminário, Livro XVII, O avesso da Psicanálise**, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1992
Quinodoz, Jean-Michel – **Ler Freud**, Porto Alegre, ArtMed, 2007
Zizek Slavoj – **Como Leer Lacan**, Buenos Aires, Paidós, 2008
Platão – **Fedro** – Lisboa, Edições Guimarães, 2000
Roudinesco, Elisabeth e Plon, Michel – **Dicionário de Psicanálise**, Rio de Janeiro , Zahar Editores, 1998
Saussure, Ferdinand – **Curso de Linguística Geral**, São Paulo, Editora Cultrix
Foucault, M. – **O que é um autor**, em: <http://fido.rockymedia.net/anthro/Foucault autor.pdf>

Poesias

- Melo Neto, João Cabral – **A Educação pela Pedra**, Rio de Janeiro, Alfaguara/Objetiva, 2008
Leminski, Paulo – **Toda Poesia**, São Paulo, Companhia das Letras, 2013
Drummond da Andrade, Carlos – **Nova reunião**, São Paulo, Editora José Olympio, 1969
Barros, Manuel em:
<http://comvest.uepb.edu.br/concursos/vestibulares/vest2013/Manuel de BarrosO Livro Das Ignoracias.pdf>
Gullar, Ferreira em:
<http://pensador.uol.com.br/frase/Mzl5MTc/>

1º Semestre 2013

Ciclo V

Aluno: Fernanda Zanetti Cinalli

Título: Por uma Clínica Psicanalítica na Saúde Pública¹

Em "Recomendações ao médico que pratica a psicanálise", Freud (2010a) nos oferece diversas recomendações no que se refere à técnica psicanalítica desde aspectos relativos a tomar notas nas sessões a estabelecer protocolos exatos, relação entre atendimento e pesquisa, estabelecimento de uma conduta pedagógica e incentivo à contribuição intelectual do analisando; certamente desencorajando tais condutas.

No entanto, Freud (2010a, p. 148) ressalta: “As regras técnicas que ofereço me resultaram de longos anos de experiência, depois de à própria custa encetar e abandonar outros caminhos. (...) devo enfatizar que essa técnica revelou-se a única adequada para minha individualidade. Não me atrevo a contestar que uma personalidade médica de outra constituição seja levada a preferir uma outra atitude ante os pacientes e a tarefa a ser cumprida”.

E assim nos impõe o desafio de não sermos simplesmente seguidores, mas tratarmos a psicanálise em sua possibilidade criativa e crítica. Coloca a questão de não haver regras prontas e haver, talvez, tantas psicanálises quanto psicanalistas. Freud nos impõe um desafio de reinventar a psicanálise, sem perder suas raízes e fundamentos. Não sendo praticável seguirmos um protocolo exato, trata-se de uma práxis ocupada em sustentar o singular e dar lugar ao sujeito. Aos analisandos e aos analistas, levar em consideração sua singularidade e implicação com seu desejo, suas escolhas, elevando-os à qualidade de sujeito.

Disto, não digo que não há regras, há direcionamentos e fundamentos essenciais, mas que não há tantas regras quanto possível para englobar as possibilidades e desafios que surgem a cada encontro de um psicanalista com um analisando e a cada encontro da Psicanálise com uma instituição, especialmente quando esta instituição é a Saúde Pública, um posto de saúde, uma UBS.

A atuação em Saúde Pública implica em diversos questionamentos, dificuldades, necessidades de superações. Quando esta atuação acontece num serviço que visa prestar atendimento a uma “população em sofrimento psíquico” implica em se deparar com a questão

¹ Fazendo referência ao subtítulo do livro “Vastas Confusões e Atendimentos Imperfeitos” de Ana Cristina Figueiredo (1997)

de pensar a função de um trabalho e do profissional neste contexto. Questão com que me deparo agora.

Mesmo tratando-se de um serviço de Psicologia, inscrevo-me neste serviço como psicanalista, menos me nomeando como tal aos outros, mas às voltas com a questão de como é possível construir um trabalho remetido à psicanálise num serviço público de saúde, numa UBS, um serviço de atenção básica.

Tendo um percurso na Saúde Pública que englobou mais de uma função, desde o trabalho direto com políticas públicas em saúde mental a atendimento clínico, em todas elas procurei buscar uma atuação fundamentada e remetida à Psicanálise, acreditando ser possível uma psicanálise para além dos consultórios.

Recentemente, assumindo um novo desafio, assumi o trabalho do setor de Psicologia / Saúde Mental de uma UBS – Unidade Básica de Saúde. Chegando à unidade recebi como herança alguns casos da psicóloga anterior (39 pacientes que estavam em atendimento), uma lista de espera (de aproximadamente 40 pessoas) e uma demanda de aproximadamente 40 - 50 pacientes novos por mês para o serviço de psicologia. Esta unidade de saúde tinha passado por uma história de mudança frequente de psicólogas, sendo eu a terceira psicóloga a assumir num período de aproximadamente um ano – período durante o qual este serviço foi implantado nesta unidade.

Logo de início, algumas questões já se impunham: em primeiro lugar a grande quantidade de pessoas buscando atendimento: como lidar com isso?; o fato das pessoas não buscarem um serviço de psicanálise, restando a questão: o que buscam, então? E como fica a relação disso com o que eu me proponho a oferecer ou com o meu desejo enquanto analista?

No trabalho na Saúde Pública frequentemente fica evidente uma polaridade e distanciamento entre os serviços de saúde e seus profissionais e a população atendida, sendo possível identificar certa hostilidade mútua entre seus atores em alguns momentos. Algo que, não raro, costuma acontecer são discussões e reclamações da população com os atendimentos que lhes são prestados, tais como atraso na consulta dos médicos², dificuldade de agendamento das especialidades e exames, exigência de que sejam reagendados independentemente de suas faltas e das regras estabelecidas na unidade, dentre outros. Aspectos que pude verificar nesta nova unidade de trabalho.

Por outro lado, é muito comum ouvir nas áreas reservadas aos funcionários reclamação destes em relação aos pacientes e usuários do serviço: de que os tratam mal, os xingam, que usam da

² Apresento sobre o nome genérico “médico” considerações que podem se referir às diversas especialidades médicas e a outras classes profissionais, não fazendo distinção entre elas, visto não ser objetivo deste trabalho e não trazer prejuízo para a compreensão do texto.

ameaça para exigir todo o tipo de conduta, que afirmam pagar seus salários, o que justificaria a submissão dos funcionários a servi-los da maneira como exigem, muitas vezes significando abrir mão de toda e qualquer regra e dos princípios que regem a atenção à saúde no SUS: de equidade, universalidade, integralidade. (Brasil, 2003)

Tal aspecto sempre me deixou intrigada e ao observar tal situação recorrente, observo que vai se constituindo com relação ao atendimento propriamente dito, uma lógica na qual a responsabilidade do atendimento recai sobre o médico ou o Poder Público, seja por parte do médico que se responsabiliza de fato, entendendo ter a resposta para a busca do paciente; seja do paciente que deposita no médico a responsabilidade por sua cura. Tal lógica observa-se também nos mandatos médicos que indicam o que o outro deve fazer com a sua saúde. O que ocorre é que o paciente chega ao serviço e muito pacientemente recebe as orientações do que deve fazer com sua saúde (ou até com sua vida!) não se responsabilizando pelo cuidado de si mesmo, de sua própria saúde, desimplicados consigo mesmos.

Numa conversa com uma colega ela relatava o diálogo que havia tido com uma senhora de idade para a qual o médico lhe deu duas opções para sua condição de saúde (um problema na perna): um tratamento medicamentoso e uma cirurgia. Eis que a senhora ficou espantada, questionando: "mas sou eu que vou decidir?"

Ana Cristina Figueiredo, em seu muito interessante livro "Vastas Confusões e Atendimentos Imperfeitos - a clínica psicanalítica no ambulatório público" (1997), leitura obrigatória para quem se vê as voltas com tal questão, ao delinear três éticas para o cuidado "psi", aponta que no modelo médico, "o sujeito aí é privado de razão e vontade em prol da descrição fisicalista do modo como se apresenta" (p. 63), o qual seria ilustrado pelas seguintes frases: "ele tem depressão" ou "sua agressividade não tem nada a ver com a sua vida, é próprio da doença"³.

Como então se situar de forma diferente, marcar uma diferença e possibilitar a implicação destes usuários em seu cuidado?

Tendo uma demanda não atendida, que se apresentava como uma fila de espera, como primeira estratégia, entendi ser importante possibilitar que o atendimento pudesse estar disponível, acessível para que o paciente tivesse que sustentar o desejo de estar ali e eu não ficar com a

³ Felizmente e com grata surpresa é possível verificar que muitos médicos / profissionais desenvolvem uma prática diferente desta concepção fisicalista da doença, sendo possível uma interlocução entre as diversas áreas de saber que se apresentam na unidade de saúde.

responsabilidade e a angústia de ter que atender uma grande fila de espera - dezenas ou centenas de pessoas que *dizem querer* estar ali. Nesta lógica de fila, o profissional fica em falta com os pacientes, que podem reivindicar (e o fazem) que só não estão em acompanhamento porque o profissional não libera uma vaga, visto necessitarem e desejarem muito este atendimento (?).

Certa vez, uma pessoa disse que a diferença entre um serviço público e o consultório particular estaria no telefone. Não posso creditar a autoria, uma vez que não me recordo mais quem pronunciou tal frase, mas o fato é que ela me deixou pensativa. De fato, o telefone no consultório favorece um acesso ao profissional e uma proximidade que estão ausentes no serviço público; neste, prevalecendo, frequentemente, a burocratização em contraposição ao acesso e ao contato por telefone nos consultórios. Tais aspectos tem grandes implicações, me parece.

Pensando nisso, criei uma agenda de acolhimento semanal com disponibilização de horários de primeira entrevista para os interessados em quantidade suficiente para atender a demanda semanal (caso contrário, mesmo não havendo fila de espera formal, haveria uma demanda reprimida que favoreceria a mesma lógica). A agenda fica disponível na recepção (que está aberta durante todo o período de funcionamento da UBS), na tentativa de facilitar o acesso e desburocratizar o dispositivo de agendamento. Com a mesma finalidade, o critério de agendar somente com encaminhamento médico, o que ocorre com as outras áreas e com alguns outros serviços de psicologia em outras unidades, foi abolido, validando-se e acolhendo-se como legítima a procura espontânea.

Outra estratégia tem sido de sustentar o horário agendado pelo paciente. Assim, todos os pacientes são atendidos no horário, neste ponto acontecendo uma aproximação com o consultório. Ao disponibilizar o horário, entendo que eu me comprometi a atendê-lo e o paciente ao agendar, comprometeu-se a estar ali naquele momento. Tal conduta acarretou certo estranhamento na população atendida, visto que apesar do horário agendado, nas outras áreas, o médico ou outro profissional chama o paciente por ordem de chegada e somente depois deste ter colocado seu cartão de identificação e senha no escaninho localizado na porta do consultório, muitas vezes acompanhado de um “eu cheguei”. Este formato faz operar uma condição de desresponsabilização, uma vez que não faz diferença cumprir ou não seu horário, o que é evidenciado por muitas discussões entre médicos e pacientes, que reivindicam ora que chegaram mais cedo que o outro paciente e ora de que seu horário é mais cedo do que o outro. Nesta condição o paciente não tem que arcar com sua falta ou atraso e tudo recai sobre o médico, que estará errado de um jeito ou de outro.

(Não faço aqui uma defesa aos médicos, uma vez que participam desta lógica e a favorecem muitas vezes. Trata-se somente de um recorte que busca evidenciar a população do serviço, um dos pontos em comum aos atendimentos dos médicos e outros profissionais e ao que ofereço e que se faz relevante para meus apontamentos aqui. De fato, muito poderia se discutir a partir do foco sobre o médico ou sobre a unidade de saúde, mas que não vem ao caso neste trabalho.)

Bom, no atendimento psicanalítico, faz *diferença*. Muitos ficam indignados em não serem atendidos após sua chegada com um longo atraso; outros chegam com duas ou três horas de antecedência. Há ainda os que persistem em colocar seu cartão de identificação na porta da sala em que atendo (das maneiras mais criativas possíveis!), mesmo não havendo mais escaninho ali.

De qualquer forma, há a necessidade de um trabalho quando tais questões surgem (longos atrasos, antecedência na chegada, insistência num sistema de funcionamento prévio), tendo efeitos que vão se observando a posteriori no decorrer dos atendimentos. Contudo, tal diferença no atendimento em contraposição aos atendimentos nas demais “especialidades” parecem produzir algo que poderíamos denominar sob o signo geral de maior implicação, maior responsabilização por si mesmo, pelo compromisso assumido comigo, no caso, ou pelo seu cuidado, sua saúde. Talvez algo que comece a colocar em evidência a questão da implicação com o próprio desejo.

Algo que não era possível com a fila de espera e que vem acontecendo são os casos de pessoas que marcam três, quatro vezes seguidas e faltam até conseguirem comparecer. Já de início se coloca como questão no atendimento, o que numa lógica anterior não aconteceria e a pessoa não teria que se ver com isso. Afinal, com a fila de espera, a pessoa é agendada num horário arbitrário e pode sempre justificar que sua falta se deu porque a UBS marcou um horário em que ela não poderia comparecer (agora, é ela própria quem marca). Enfim, qualquer justificativa poderia aparecer e desapareceria o sujeito com aquilo; em como ele se insere nesta história.

Outro aspecto que pude observar neste percurso na saúde pública é a grande quantidade de pessoas que chegam ao atendimento por mandato, dizem literalmente que não sabem o que estão fazendo ali e vieram porque alguém mandou, em geral os médicos e as escolas.

Numa condição de procurarem um serviço que não sabem bem o que é e de não saberem o que querem e, muitas vezes, nem porque alguém encaminhou, um primeiro trabalho vem sendo delinear esta demanda, criar questões e desfazer equívocos. As entrevistas iniciais têm servido a este propósito e a equacionar a questão que formulei anteriormente de como fica a relação entre as pessoas buscarem algo que não – inicialmente – uma psicanálise (neste ponto, o que buscam então?) e o que me proponho a oferecer ou com o meu desejo enquanto analista.

Assim, as entrevistas iniciais adquirem um valor muito importante de equacionar o pedido inicial, a demanda do paciente e o desejo do analista. Desta forma, o analista se assujeita à psicanálise e abre espaço para o paciente se ver com sua queixa e o que de fato demanda a partir daí e se está disposto a assumir o custo, em bancar sua análise.

Para isso é necessário marcar diferenças para que o paciente possa fazer escolhas e arcar com as mesmas, inclusive entre estar ali ou não, sabendo de alguma forma o que está em jogo. Tem sido interessante num primeiro encontro colocar em questão o que buscam com este atendimento e qual sua expectativa em relação a ele.

De acordo com Quinet (2009, p. 14), as entrevistas preliminares correspondem a “um tempo de trabalho prévio, à análise propriamente dita, cuja entrada é concebida não como continuidade, e sim – como o próprio nome tratamento de ensaio [em Freud] parece sugerir – como uma descontinuidade, um corte em relação ao que era anterior ou preliminar.”, o que nem sempre é possível, afirma.

Não se trata de escolher os pacientes com os quais eu possa trabalhar psicanaliticamente – justificativa muitas vezes presente nos discursos dos profissionais de saúde pública de que somente dá pra fazer psicanálise (ou mesmo outras estratégias terapêuticas específicas etc.) com alguns – ou com os quais eu gostaria de trabalhar, o que seria perverso, visto referir-se a um desejo do sujeito, ao “analista gozando de ser objeto” ou o analista gozando de seu poder” (Figueiredo, 1997, p. 165), mas de efetivar este ensaio e abrir possibilidade à análise. Tal desejo do sujeito vai de encontro ao que Lacan chama de desejo do analista, não sendo este um desejo puro, mas “um desejo de pura diferença, sustentando na transferência o lugar de objeto perdido (objeto a) como causa de desejo”. (p. 26)

Numa determinada ocasião, fui procurada por uma mãe que dizia ter buscado o serviço pelo fato de sua filha, de seis anos, ter sofrido abuso sexual do pai, que culminou na separação dos pais. A primeira entrevista havia sido marcada com a mãe, mas na ocasião ela compareceu com a filha. As duas entraram na sala e a mãe relatou o ocorrido, a criança muito atenta às palavras da mãe. O relato trazia muitos elementos desde culpa da criança por ser responsável pela separação dos pais, a negligência materna que foi testemunha ocular de várias atitudes do pai que mais tarde foram ressignificadas como relacionadas ao (ou precursoras do) abuso e a impossibilidade da mãe se colocar numa condição de proteção dos filhos, pois não queria que eles a acusassem de separá-los do pai, conforme afirmou. No decorrer da sessão diz ainda que “foi bom” desta maneira, pois assim não se sente culpada por separar o pai das crianças (quase que explicitamente responsabilizando, de fato, a filha pela separação de um marido com quem não queria estar há muito tempo) e que queria que a filha entendesse porque o pai tinha feito aquilo.

Foi uma sessão muito intensa e me vi na situação de marcar uma diferença, de afirmar uma diferença de papéis que apareciam misturadas e uma negligência e violência dos pais. Então disse para a criança que o pai não poderia ter feito aquilo, que, simplesmente não pode, e para a mãe, de que não há explicação para que o que o pai fez, que não é justificável. E que a mãe parecia ficar numa condição de impossibilidade e fragilidade de se situar no papel de adulto protetor. Proponho que atender a criança neste momento seria compactuar com uma inverdade de que haveria algum problema com a criança (que apesar de tudo parecia estar lidando com a questão), quando, na verdade, me parecia uma questão familiar, vinculada ao aspecto de negligência e violência intrafamiliar e que vinha afetando não somente esta filha, mas os outros filhos do casal.

Dolto (apud Mannoni, 2004, p.33) questiona “quantas crianças conhecem o recurso que podem legalmente pedir à lei, diante de pais absurdos ou que abusam dos seus direitos”? no caso da criança citada, a lei representada pela Justiça e Conselho Tutelar já se havia feito (?), contudo, parecia, na sessão, ser necessário apontar que foi um abuso de direito e negligência por parte daqueles que deveriam proteger: os pais. Sem desconsiderar a possibilidade de uma análise para esta criança, parece-me que aceitar a criança num primeiro momento seria desimplicar a mãe e legitimar sua solicitação, justificando o abuso e deixando novamente a criança desamparada, submetida aos adultos – absolutos e arbitrários.

A criança havia passado por uma série de entrevistas com psicólogos, assistentes sociais, conselheiros tutelares etc. para os quais teve de relatar incessantemente a cena de abuso. A mãe já havia dito que ela não queria vir para atendimento, para falar novamente sobre o que havia ocorrido para mais um estranho, contudo ela e o irmão conversavam entre si sobre o que o “papai fez”. Quando perguntei se gostaria de vir para atendimento, disse que não. Apontei para a mãe os aspectos já citados e ofereci algumas sessões com a mãe, mas não com a criança neste momento, respeitando sua vontade de não vir, uma vez que por várias vezes a criança, suas necessidades e desejos não haviam sido respeitados. Sendo assim, a criança disse que aceitaria vir futuramente.

Seguiram-se duas sessões com a mãe, nas quais foram emergindo questões relativas a seu casamento, relação dela com os filhos e uma repetida impossibilidade, durante toda sua vida, de se posicionar e arcar com suas decisões com receio de como os outros as perceberiam. Após este período a mãe faltou e não compareceu no serviço por um mês. Depois de quatro semanas retornou falando que precisava de “ajuda para ajudar” os filhos, que estava muito difícil assumir o papel de mãe numa condição de não ter o pai presente. E um trabalho começou a ser possível a partir dali quando minimamente a mãe começou a se inserir nesta história.

Parece-me importante não pactuar com demandas de atendimento equivocadas, que denotam a tentativa de centralizar em uma outra pessoa o problema e abster-se de olhar para a questão, especialmente em atendimento de crianças e adolescentes. Neste momento em que muitas vezes chegam ao serviço com a demanda de “resolva o problema que está nele e não tenho nada a ver com isso” tem sido importante delinear melhor a questão que trazem e apontar a necessidade de uma escolha que devem arcar. Faz-se importante o analista poder estar lá, presente, oferecer sua escuta e acompanhar este processo de escolha e de implicação.

Numa outra ocasião, uma mulher casada, mãe de duas filhas busca o serviço sofrendo muito com a condição da relação com uma das filhas, que tem se distanciado dela. Chora muito. Proponho a questão de trabalharmos no sentido de delinear melhor o que ela espera deste atendimento e entender o que ela tem a ver com tudo isso, enfim, de clarificar qual era sua demanda de fato. Por várias sessões, ela vem com frequência, não falta, não atrasa, chora copiosamente e relata as diversas situações em que sofre, especialmente vítima de suas filhas que não falam com ela

e não a deixa participar de suas vidas. Durante as entrevistas preliminares vai aparecendo a fala de que as pessoas se incomodam muito com o fato dela ter sempre resposta para tudo e ter sempre a resposta “certa”. Numa sessão, ela fala sobre o quanto sua mãe reclama e quer sempre as coisas do seu jeito, chora vitimada novamente e afirma que não vai ficar ouvindo as reclamações da sua mãe, que vai se afastar, que não quer mais saber. Tento pensar com ela a aproximação da posição que fica em relação à sua mãe e das filhas com ela. O tempo todo somente afirma querer que os outros mudem em relação à ela, pois ela, diferentemente de todos os outros, está certa.

Digo que parece estar me convocando a ocupar um lugar de simplesmente ouvir estas reclamações que ela traz e que parece não haver questão para ela com a qual possamos trabalhar. Ri, diz mesmo que não há, que ela não acha nada de errado dar palpite para as pessoas, pois está certa e se incomoda somente das pessoas acharem ruim quando ela fala; que estas deveriam mudar de atitude. Digo que uma vez que ela não tem questão, o que estamos fazendo aqui é ela criar um espaço para desabafar, aliviar seu incômodo com os outros e deixar tudo como está, afinal, ela propõe que não faz parte desta história. Ela ri, não sorri, mas dá risada (como se fosse pega numa mentira) e concorda. Diz que não quer mudar nada em si mesma, que acha que está certa, mas quem tem que mudar são os outros. Proponho que mesmo que fosse esta a questão, que os outros não estão lá para algum trabalho ser possível, mas que ela está e não está querendo trabalhar. Concorda. Decidimos interromper o atendimento, mas esclareço que o atendimento continua possível, caso queira trabalhar e que basta me procurar para remarcarmos. Ela não mais apareceu.

Esta paciente parecia de alguma forma, buscar atendimento devido à demanda, à queixa de terceiros (marido, mãe e filhas) que reclamavam de algo que não a incomoda. Tal condição parece similar ao que Rocha (2012, p. 29) considera como “demanda ‘por mandato’”, que seria quando há ausência de demanda por parte do entrevistando e ele busca a análise ou, melhor, algum atendimento ou estratégia terapêutica, por pedido de outros, como parece ter sido o caso da paciente citada. Para o autor, iniciar uma análise nestas condições seria inadequado.

Nesta situação, pareceu-me importante marcar que o atendimento depende da implicação dela na situação, ela faz uma escolha em não vir, assim como fez a escolha antes de não trabalhar. Assim como sabe que tem o atendimento disponível a qualquer momento desde que escolha estar lá e aceite olhar para a questão de que, talvez, tenha algo a ver com aquilo. E colocar uma outra possibilidade de estar ali e se posicionar que não seja de vítima simplesmente de sua própria história. Deixo-lhe a porta aberta para que pudesse retornar... se quiser.

Rocha ainda aponta a necessidade, diante de condições similares, de mudar o setting, ilustrando com um caso em que deixava a cargo da paciente decidir de alguma forma quando retornaria para uma próxima entrevista. De qualquer forma, o ponto decisivo para a conduta que descrevi foi a confirmação da própria paciente, rindo (como se tivesse sido pega em flagra em sua mentira) de que tal análise não teria nada a ver com ela. Neste ponto, cabe citar Mannoni (2004, p.

110) que aponta: “entrevista com o psicanalista é um encontro, por meio do Outro, com a sua própria mentira”.

Algumas questões da técnica são um terreno bastante conhecido e discutido entre os psicanalistas quando se trata do atendimento em consultórios, tais como o pagamento, o funcionamento das sessões, divã, frequência etc. No entanto, no contexto de saúde pública, tais aspectos bastante relevantes para a técnica e a conduta do caso em psicanálise colocam outros desafios para o psicanalista.

Há as questões com que nos deparamos no consultório como inerentes ao trabalho, tais como dinheiro e tempo (frequência, duração, fim de análise etc.) que, contudo o contexto público impõe desafios e flexibilidade para revisitá-las atendo-se à questão sobre se é possível realizar um trabalho psicanalítico e, se for, como seria feito, sem ferir a técnica e com isso se constituir outra coisa que não psicanálise.

A questão do dinheiro se impõe de pronto: não se pode cobrar. Ao procurar textos que trouxessem alguma reflexão e luz sobre o assunto, me deparei com o texto de Macedo (s/d), que propõe que não se prolongue muito os atendimentos gratuitos para que o paciente não perca a noção de sua demanda e responsabilidade e não ache que faz favor.

Apesar de ver sentido na proposta, considero bastante difícil delimitar arbitrariamente um tempo a priori, contudo não é viável nem prudente afirmar e prosseguir um atendimento indefinidamente. Tenho proposto algum período de tempo inicialmente com a proposta de ao final deste tempo, repensarmos a continuidade e o contrato de trabalho. Tal proposta não delimita um fim a priori, mas marca o caráter de finitude do processo.

Em um caso somente, propus a delimitação da duração. Tratava-se de uma jovem que havia perdido o filho pequeno há dois anos aproximadamente devido uma pneumonia. Ela já vinha sendo atendida pela psicóloga anterior e nas primeiras sessões que fiz com ela, apresentava um discurso cansativo que parecia não ir a lugar algum, contava fatos cotidianos banais em forma de diálogo detalhado e vazio entre ela e outra pessoa: “Daí ela falou:... Aí, eu falei: ãh! E ela disse...”. Numa determinada sessão, propus que estabelecêssemos a duração do atendimento em três meses. Ela concordou, talvez surpresa. Este novo contrato de trabalho produziu uma grande diferença e a partir da sessão seguinte ela começou a trazer outros conteúdos: a morte do filho, o vazio em sua vida, a proximidade da exumação do corpo, a angústia diante disso. Enfim, os efeitos se conhece a posteriori e foram bem interessantes neste caso.

A mesma autora considera uma resposta clássica freudiana que “uma análise deve custar caro para aquele que a faz. Porque a pessoa não deve imaginar que o analista queira qualquer outra coisa do analisando senão o pagamento” (Forbes apud Macedo, s/d, p. 7).

Diferentemente de outros atendimentos gratuitos, como em serviços comunitários ou vinculados a igrejas, por exemplo, o profissional na saúde pública recebe, ele é pago para trabalhar.

Se a análise deve custar caro, qual o custo da análise para aquele que não paga? Figueiredo (1997) propõe que se deve marcar o custo da análise, que ele tem que ficar evidente no processo. Ela afirma que “ao analista cabe demandar a presença do analisando com suas palavras – no consultório deve pedir que lhe pague por isso, no ambulatório deve localizar como o sujeito paga para estar lá”. (p. 167)

Nos atendimentos tem sido possível colocar em questão o que o analisando paga para estar ali, o que pode incluir muitas coisas, mas em geral há o custo de tempo e dinheiro para chegar até lá, de faltar no trabalho, arcar e negociar para conseguir cumprir seu horário de atendimento, inclusive arcando com descontos de salário em muitos casos, abrir mão de algo que gosta para estar ali (atividades físicas, de lazer etc.), pedir ajuda para outras pessoas com o cuidado com os filhos para poder arcar com sua análise, dentre outros. Enfim, são muitos os custos e diferentes para cada um. Trata-se de uma tarefa para o analista de torná-lo evidente e manejar tal aspecto na análise, uma vez não ser explícito, neste contexto, o custo que o dinheiro representa.

Dados de realidade, como a grande demanda e, em comparação, a reduzida carga horária do profissional na unidade, cobram seu preço e, comumente, por esta questão simplesmente, é necessário que a pessoa faça uma escolha e custeie sua análise com uma reorganização de sua vida e negociação com terceiros (empregadores, família etc.). Escolha que mesmo que não priorize a análise, tem seus efeitos, não é gratuita, cobra seu preço.

Cobra-se a presença. E assim, o custo interfere ou dialoga com o tempo no que se refere à frequência de atendimentos. Os dados de realidade impõe seu valor e a falta tem um grande custo de espera. Após a falta – algo que trouxe incômodo inicialmente aos pacientes –, solicito que eles venham pessoalmente remarcar. Fora o atendimento inicial que é agendado na recepção, os demais agendamentos são feitos diretamente comigo, o que me permite conduzir e manejar cada caso de maneira diferente, sem uma burocracia ou regra absoluta. Desta forma, eles têm que comparecer à unidade (muitas vezes perdendo horário de trabalho etc.), aguardar eu terminar um atendimento (se a porta está aberta, estou disponível, se a porta está fechada, estou em atendimento – antes muitos batiam e tentavam interromper o atendimento do outro, agora cada vez menos frequente, tendem a aguardar para falar comigo), falar sobre sua falta e solicitar o que desejam agora: alguns casos são remarcados de pronto (a depender do caso, das razões da falta etc.), outros são marcados para um período um pouco maior de tempo (em geral 15 dias) e em outros (geralmente casos recorrentes e quando não há possibilidade de horário na agenda – dado de realidade) peço que voltem na semana seguinte para tentar agendar novamente. Desta última conduta, frequentemente eles não gostam, mas quase que invariavelmente produz grandes movimentos no processo.

A questão primordial é o manejo da transferência, algo que, neste aspecto das faltas, seria impossibilitado por intermediários ou por regras burocráticas e generalizadas. Freud (2010b, p. 211) afirma que as outras dificuldades verificadas na análise serão atribuídas com pouco valor diante das

“únicas realmente sérias [que] estão no uso da transferência”. Neste ponto, a supervisão é uma aliada de grande valia.

Qualquer trabalho analítico precisa de tempo. Diante da grande demanda e a fim de possibilitar e sustentar um tempo considerável para todos, que não se faça às pressas, para cada caso é estabelecido um contrato de trabalho que podem variar desde sessões semanais de cinquenta minutos, a atendimentos quinzenais e grupais. Tais condutas vêm possibilitando a sustentação do tempo e do processo para todos que buscam um trabalho, entretanto, a discussão das diretrizes e a técnica pertinente a cada conduta extrapolaria os objetivos deste trabalho, então não entrarei em detalhes neste momento.

Contudo, o tempo também coloca a questão da duração da análise no contexto público: o término da análise. No entanto, esta é uma questão que ainda fica em aberto, ainda está em processo. Alguns casos estão em franco processo de análise e devido ao pouco tempo destes processos e à minha chegada recente à unidade é algo que ainda está em construção.

Por fim, há algo importante a destacar: de que a saúde pública sendo uma área específica de trabalho com seus princípios e fundamentos demandam do profissional algo mais do que a aproximação do atendimento oferecido com aquele dos consultórios. Aspecto importante e que traz inúmeras dificuldades visto que os profissionais da área frequentemente a entendem desta forma.

Há a necessidade de um algo a mais, do profissional estar também submetido e comprometido com as políticas públicas e com o território em que atua no caso de uma UBS, não se constituindo, no caso do psicanalista, como mais uma especialidade, dentre as tantas outras oferecidas, mas como um membro de uma equipe de trabalho, inscrito nesta instituição. Bom, mas essa é questão para outro espaço...

Bibliografia

- BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Para Entender a Gestão do SUS. Brasília: CONASS, 2003).
- FIGUEIREDO, A. C. Vastas Confusões e Atendimentos Imperfeitos – A clínica psicanalítica no ambulatório público. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.
- FREUD, S. Recomendações ao Médico que Pratica a Psicanálise. (trad.: Paulo César de Souza). Vol. 10. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a.
- _____. Observações Sobre o Amor de Transferência. (trad.: Paulo César de Souza). Vol. 10. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b.
- MACEDO, E. Do Pagamento em Psicanálise. São Paulo: Instituto de Psicanálise Lacaniana, sem data. Consultado em 24/01/2013. Disponível em: <http://www.psicanaliselacanianana.com/mural/textos/documents/Elza-Pagamento.pdf>
- MANNONI, M. A Primeira Entrevista em Psicanálise. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- QUINET, A. As 4+1 Condições da Análise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- ROCHA, F. J. B. Entrevistas Preliminares em Psicanálise. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.

1º semestre 2013

Ciclo VI

Aluno: Frederico Anastacio Celentano

Título: A cada analista, sua Dora

Introdução

O presente trabalho é uma reformulação e aprofundamento do texto que apresentei ao Centro de Estudos Psicanalíticos ao final do ciclo V. Ali, concentrei-me em sintetizar, de maneira crítica, um primeiro atendimento clínico, realizado através da rede de atendimento do CEP. Curiosamente, quando entreguei o artigo, estava em pleno questionamento sobre o diagnóstico diferencial da paciente. Havia uma dúvida sobre a origem histórica de suas produções. Elaborei essa questão ao final do texto. Hoje, passados alguns meses de análise, a questão, tal como formulada poderia ter uma resposta clara. Trata-se de uma paciente histórica. No entanto, o próprio diagnóstico surge como menos fundamental e o tratamento analítico tem demandado uma caracterização mais singular.

Além disso, pareceu-me interessante retomar esse atendimento após a leitura do caso Dora. Embora não deseje aqui entrar numa análise aprofundada desse caso clínico tal como descrito por Freud, importante notar dois fatos: Dora é o relato de um fracasso que teve grande influência teórica, principalmente o modo como Freud interpreta os dois sonhos relatados, dando exemplo concreto à sua “Interpretação dos Sonhos”. Um caso, portanto, que provaria suas construções teóricas.

No entanto, costuma-se a perder de vista o aspecto propriamente clínico do caso. Apesar de nos dar poucos elementos sobre como realizou o tratamento, fornece-nos suficientes diálogos para encontrarmos mais o pesquisador e menos o analista. Uma maior preocupação em compreender e dar sentido às teorias do que dar à paciente a possibilidade e o tempo de elaboração, por ela mesma, dos significados de suas representações. E pode-se supor que a impaciência de Freud em dizer a ela o que seus sonhos significavam pode estar na origem de sua recusa em continuar o tratamento. Afinal, paciente deve ser, antes de mais nada, o analista.

Claro, Freud estava alí criando algo, já reconheceu os limites do método catártico e, muito embora anuncie logo na introdução que

“(…) desde os Estudos, a técnica psicanalítica sofreu uma revolução radical. Naquela época, o trabalho [de análise] partia dos sintomas e visava a esclarecê-los um após outro. Desde então, abandonei essa técnica por achá-la totalmente inadequada para lidar com a estrutura mais fina da neurose. Agora deixo que o próprio paciente determine o tema do trabalho cotidiano, e assim parto da superfície que seu inconsciente ofereça a sua atenção naquele momento.”

ainda está longe de conceder à paciente a prerrogativa de livre associar, respeitando seu ritmo, para que a dupla analista e analisando possam produzir interpretações significativas, não para a teoria psicanalítica, já que a contribuição de Freud é inquestionável, mas para a elaboração e desenvolvimento psíquicos.

Mais do que isso, ao analisar o caso, tal como relatado por Freud e a seguinte passagem

“Restaurei o que faltava segundo os melhores modelos que me eram conhecidos de outras análises, mas, como um arqueólogo consciencioso, não deixei de assinalar em cada caso o ponto onde minha construção se superpõe ao que é autêntico.”

não posso, do ponto de vista epistemológico, deixar de portar um olhar crítico a tal afirmação. A distinção clara entre a construção e o “autêntico” é, para mim, impossível. Mais, duvido, até mesmo, do que é autêntico, já que toda percepção é transformada em memória e mediada por processos psíquicos complexos do analista e do analisando.

Sendo assim, antes de percorrer os caminhos desse tratamento, parece-me necessário explicitar, ainda que de maneira preliminar, um ponto de vista sobre a neutralidade, ou melhor, sobre a abstenção no tratamento analítico. Abrir a possibilidade de discutir essa questão, parece-me de suma importância, já que não há visão consolidada ou unívoca sobre a práxis, sobre o jeito de fazer.

Gostaria de relatar, nesse sentido, meu primeiro contato com a paciente A, como a chamarei por convenção. Veio-me encaminhada pela rede do Centro de Estudos Psicanalíticos, sendo-me fornecida apenas a informação de que se tratava de uma mulher de 30 anos e que eu deveria contatá-la para marcar um horário. Com essa simples informação, delineou-se uma imagem e, uma série de expectativas, em minha mente. Logo percebi que estava em face de meus pré-conceitos, de

minhas imagens e, com isso em mente, telefonei para marcar o atendimento. A paciente atendeu e, logo de início, não senti que estava falando com uma mulher de 30 anos. Surgiu a imagem de uma adolescente (entonação da voz e jeito de falar). Propus uma série de horários pela manhã. A paciente me disse ter “todos os horários disponíveis” pois não estava trabalhando, no momento. Propus três horários, às 09, às 10 ou às 11. Ela preferiu o das 11. Imediatamente se configurou na minha mente a imagem de uma pessoa regredida, sem vontade e, talvez um pouco depressiva.

Fiquei um pouco inquieto com essa quantidade de impressões e levei a questão tanto para supervisão, quanto para minha própria análise. Evidentemente questões pessoais informam essa visão, mas no momento da primeira sessão, algo me chamou a atenção. O meu pré-conceito não ficara fora do consultório. Pelo contrário, estava ali presente a cada frase, a cada intervenção de minha e da paciente. Portanto, na escuta, a chamada tela em branco, pela qual se devolve ao paciente sua própria fala, não se concretizou. Falta de experiência? Pode ser. No entanto, pareceu-me que a abstenção estava, primeiramente, passando pela realização, a cada momento, das minhas crenças, valores, questões para que, então, eu pudesse silenciar, um silêncio interno, quase meditativo e, aí sim, escutar. Escutar e caminhar pelo seu relato, pelas impressões iniciais e outras imagens que ela propôs e imagens dela em mim que foram surgindo.

A experiência da abstenção não se construiu como um despir-se de si mesmo, ou deixar as vestes fora do consultório. Ao contrário, a pele em que se habita, parafraseando o filme de Almodovar, é um construto sempre presente, quer nós desejemos ou não, e o silêncio é o produto de sua realização. Por sua vez, as representações, nesse caso, apareceram-me como o subproduto da “amarração” do inconsciente do analista com o inconsciente do outro que ali se encontra. Por isso, silenciar seria algo como doar seu corpo para uma relação transferencial.

Mas, como se identifica na relação transferencial, as relações de objeto ou identificações projetivas, ou fixações em pontos do desenvolvimento libidinal? Essa pergunta, formulada no primeiro trabalho, permanece relevante (e espero que sempre assim permaneça).

Para responde-la, num primeiro momento, procurarei desenvolver os principais elementos que a paciente A. trouxe. Em seguida, procurarei traçar a hipótese de diagnóstico e suas implicações e, por fim, procurarei refletir sobre a transferência e a contratransferência como uma unidade indissociável para a produção de interpretações significativas.

I. Um breve relato do caso.

Para uma melhor compreensão do caso, o relato que segue está baseado em elementos e suas respectivas intervenções. Não há uma ordem cronológica. Não há também lógica temática. Proponho um relato sobre como a minha atenção registrou os dizeres da paciente e como os escutei. Anotei as primeiras sessões ao final do dia ou no dia seguinte mas, a partir da sexta sessão, passei a não mais anotar.

a. Relato.

Elemento I – Desemprego.

A primeira queixa da paciente diz respeito ao seu desemprego que já durava seis anos. Realizou pequenos trabalhos pontuais, após terminar a faculdade (marketing), mas nunca conseguiu se manter em nenhum. Antes disso, havia trabalhado em um cartório por vários anos, onde relata ter-se firmado. Mas, não era sua “área”. No curso da análise, ela admite que foi demitida, por razões mais adiante esclarecidas. Diz estar perdida, porque é um momento importante que definirá a sua carreira: “se eu for atendente agora, serei atendente para sempre, não é?” Trabalhou como free lancer numa empresa fazendo design, mas pagavam apenas 400 reais por semana e ela não aceitou os valores oferecidos.

E como vai a procura de um emprego? Diz que tem um padrão de comportamento em que sempre se “retira das situações”. É como se ela não se implicasse, relata. Pergunto como ela emprega seu tempo livre. Aqui, apenas um parêntese, nesse momento, a pergunta não tinha como meta obter dados históricos da paciente, mas saber como ela significava uma situação de desemprego prolongado. A palavra emprego que eu utilizei, chama a minha atenção, já que todos os meus pré-conceitos se orientavam para construir a imagem de alguém desconectado de uma vida profissional e, posteriormente pessoal. Nesse momento, curiosamente, ao invés de responder à questão, ela começa a relatar uma situação familiar bastante complexa. Como se todos os seus problemas profissionais fossem o resultado de um contexto familiar que está além da sua vontade. Fico com a impressão de falar com alguém ainda mais regredido.

Antes de abordar a situação familiar, cabe ressaltar que nos meses seguintes, A. consegue um emprego “na sua área” e, de início, muito empolgada, conta que está indo bem. No entanto, com o decorrer das semanas, começa a relatar problemas de relacionamento no trabalho muito semelhantes aos que tem com sua mãe e irmãs: acha-se perseguida por um colega que conversa com as pessoas por trás dela, que a julga a cada momento. A. diz que ele quer “humilhá-la”, mostrar que “ele é melhor”. Ela o descreve como companheiro, mas sempre querendo, de alguma forma,

questionar seu trabalho. Ela, se diz sempre prestativa, mas relata “Se ele não faz as coisas direito, eu tenho que mostrar, não é?” e “Eu já ajudei muito, mas não vou ajudar mais, acabo me prejudicando”. A relação de inveja e concorrência dela para com ele, nas semanas seguintes, acaba sendo nomeada, mas ela demonstra sempre muita dificuldade em associar essa posição àquela que tem diante da mãe e irmãs e as fantasias que essa posição representa em seu psiquismo. Como veremos mais tarde, pai e padrasto ocupam um outro lugar.

Elemento II – A mãe e as irmãs.

Seu tempo, segundo ela, foi durante esses seis anos de desemprego, tomado por tarefas domésticas que ela realizou em troca de uma mesada. Tarefas que incluíam, “até mesmo, lavar as cuecas do padrasto” e cuidar da sobrinha, filha da irmã do meio, sendo ela a caçula e a irmã mais velha, tendo deixado, naquele momento, a casa para ir morar em Santana de Parnaíba. A mãe aparece no relato como um figura extremamente egoísta, que “não me dá nada, nada mesmo”. A mãe por várias vezes teria dito que não vivera sua vida por causa da criação das filhas e que agora queria viver. Segundo a paciente, a mãe sempre sai para fazer diversas atividades e deixa a casa em suas mãos.

As irmãs trabalham e também dizem querer “viver suas próprias vidas”. A sobrinha, de início fica em casa, sob os cuidados de A., mas pouco a pouco ela começa a se rebelar contra essa situação, inclusive o cuidar da sobrinha com quem ela demonstra várias preocupações (escola, criação pela irmã, exposição ao padrasto – questão essencial que aparecerá no relato mais adiante). A sobrinha, de sete anos, passa a ficar com uma vizinha enquanto não está na escola, apesar de A. estar em casa nesses momentos. Duas frases importantes nesse sentido: “eu quero viver a minha vida afinal” que A. também repete para justificar sua rebelião e “se eu deixar, minha mãe e minhas irmãs não têm limite, elas pedem tudo e querem tudo”.

A. repete com frequência que sua irmã mais velha saiu de casa e conseguiu ter a sua própria vida (mais recentemente a irmã do meio também). A. diz, então, que a irmã saiu de casa para a punir. “É meio assim, já que eu estava criando tantas confusões, que ficasse sozinha”. Completa dizendo que a irmã é uma pessoa que precisa se afirmar humilhando os outros. Por isso é amante de um homem que a sustenta (para se sentir melhor que a mulher dele). Relata também que essa irmã mais velha, sempre que visita a mãe, tem algum tipo de comentário “para cutucar” a minha paciente. Comentários que A. sempre remetem à sua posição, atraindo para si todas as atenções. Em certa ocasião, A. queria fazer luzes no cabelo e não pôde por falta de dinheiro. No mesmo dia, a irmã chega em sua casa dizendo que iria ao cabeleireiro fazer luzes. A. diz: “Eu tenho certeza que minha mãe conversou sobre isso com ela e ela me disse isso só para me cutucar”.

Dois pontos importantes: após relatar o caso da irmã mais velha com um homem casado. A. conta que teve um caso com o dono do cartório onde trabalhava, que se sentia muito mal com aquilo, pois a esposa dele trabalhava lá e era obesa, todos sabiam do caso, mas que o casamento estava acabando. Diz que não queria ser “a bala que atravessaria o peito dessa mulher”, mas que chegou a exigir dele o fim do casamento. Ele opta pela mulher e A. acaba sendo demitida.

Interessante notar que quando pedi que se lembrasse da mãe, principalmente enquanto ainda casada com o pai (eles se divorciaram quando ela tinha seis anos) e, posteriormente, na adolescência, aparece uma imagem com tonalidades positivas: uma mãe acolhedora, que cuidava bem das filhas, mas extremamente controladora, principalmente após a separação. Conta que não podia sair quando adolescente e se recorda de uma passagem importante: quando tinha por volta de dez anos e um garoto pulou o muro da casa para conversar com ela, a vizinha relatou o ocorrido à mãe que teria lhe dado “uma surra de cabo de vassoura”.

Também conta que se sente muito humilhada e preterida em relação às irmãs e, também, com relação à família, tias, que fariam pouco caso da situação financeira da mãe, dela e, também, da posição que ocupam na sociedade, não tendo empregos “bons”, apenas empregos “subalternos”, como o de atendente de loja ou atendente de telemarketing. Diz se sentir feia e inútil, “um monstro”.

Esse quadro se arrasta por várias sessões, mas a minha paciente se coloca como vítima dessa história e presa nessa casa que, ao mesmo tempo, representa um lugar de conflito, mas, diz ela, “é minha casa, meu lugar de proteção”.

Elemento III - A casa.

No início de uma sessão, onde a paciente se diz muito revoltada com a atitude contraditória da mãe em querer reformar a casa e não lhe dar dinheiro, sequer para comprar seus cigarros, eu pergunto porque ela se refere à casa da mãe como sua casa e, completo, dizendo-lhe que ela parecia estar numa fortaleza que ela desejava guardar a qualquer custo. Ela me diz que a casa é, sim, dela. O pai teria se separado da mãe quando ela tinha seis anos de idade. A separação foi litigiosa, mas o pai morreu antes da decisão judicial. Portanto, ela procurou entender os seus direitos junto a um advogado e que sua parte da casa estava garantida, assim como a parte das irmãs e, portanto, deveria ser feita uma partilha. Surge nesse momento a questão da herança, daquilo que se recebe e não se conquista. “A casa é uma conquista minha, por tudo o que eu fiz pela minha mãe, quando tive

salário, inclusive olhei nos meus extratos, dava metade para minha mãe, assim como as minhas irmãs também“.

Ao longo do processo de análise, a casa começa a perder o sentido de proteção e só toma os contornos de um lugar de conflitos entre ela e a mãe. A. passa a nomear um pouco melhor a questão da herança e não da casa. A herança é dela por direito. “É algo que meu pai deixou para nós, minha mãe se separou dele e ainda quis durante toda a nossa adolescência nos jogar contra ele. Agora, ela que arque com as consequências.”

Elemento IV – O padrasto e o pai.

Padrasto e pai ocupam uma posição peculiar dentro da dinâmica familiar tal como construída pela paciente. O padrasto morou 18 anos com eles e recentemente mudou-se, como a irmã mais velha, para Santana de Parnaíba para ocupar um cargo administrativo na polícia local. No entanto, continua sendo companheiro da mãe e, agora, com uma situação financeira estabilizada, ajuda a mãe nos gastos com a casa, etc. Minha paciente relata que não gostava da presença do padrasto e que tem certeza que se sair de casa, ele irá voltar a morar com a mãe. Não gosta que ele auxilie nos gastos da casa, pois procurou um serviço jurídico que afirmou a A. ser possível quando a casa for herdada, ele pedir o ressarcimento de todas as benfeitorias ou gastos realizados. Além disso, no curso de seu relato diz que o padrasto teve um episódio de alcoolismo e que se recuperou ao longo dos anos, mas que nesse processo viu o padrasto falar sozinho várias vezes e também o “ouviu” se masturbar (pelos gemidos) na sala de televisão e que também viu a mesma cena enquanto ele estava com a sobrinha no colo, na rede da varanda. Disse que contou isso às irmãs e à mãe, mas que elas não teriam acreditado e, pior, que teriam dito que era para ela aguentar. No entanto, afirma ter recebido uma carta do padrasto pedindo desculpas pela “canalhice” que teria feito, termo, segundo ela, utilizado muito pela mãe. Ela toma esse fato como prova da convivência da mãe. Diz, então, que a mãe não a protegeu e que “ela se vendeu por dinheiro”.

Ao decorrer da análise, a paciente procura seguidamente a polícia para ver se poderia fazer algo contra o padrasto, mas “ninguém lhe dá ouvidos”. Recentemente, após escutar várias vezes o mesmo relato, afirmei que eu tinha dúvidas quanto ao desejo dela sair do lugar de perseguida por todos. Ela me disse que isso a fazia pensar numa batalha à sua frente e que ela estaria vestida com uma armadura. Perguntei como era a armadura e ela respondeu “Sabe, aquela meio medieval, mas com uma peninha, assim...”. Uma peninha? Pontuo. “É uma peninha, assim bonitinha. Fica mais feminino”. Retomo a questão: mas peninha não pode querer dizer outra coisa? “Você acha que eu quero que as pessoas tenham pena de mim?, diz ela” Em sessões seguintes, lembrando das frases em que ela se

diz presa à casa, à mãe, tento uma outra interpretação da pena como punição. Ela me responde com bastante ênfase: “É isso”. Estou carregando uma culpa. “Mas qual é o crime?”, pergunto. A resposta viria em sessões seguintes.

Quanto ao pai, após a separação - sendo que A. faz um ato falho afirmando “quando ele se separou de mim, quero dizer da minha mãe – e principalmente na adolescência, as suas relações foram muito conturbadas. O pai se tornara alcoólatra e a mãe passou a exigir das filhas que tomassem partido dela no divórcio litigioso. Segundo A., foi manipulada pela mãe a ponto de cortar relações com o pai aos 18 anos. O pai teria se transformado, aos seus olhos, numa espécie de “monstro” (mais uma vez esse significante), muda-se para o Piauí, onde alguns anos depois, morre em decorrência do alcoolismo.

Pedi que ela descrevesse em imagens a sua relação com o pai antes e depois da separação . Mais uma vez, imagens carinhosas, presentes de Natal, cuidados, uma correntinha de presente, etc. O contrário do monstro segundo ela “pintado” pela mãe e dela afastado e do padrasto, um violador em potencial que teria sido trazido para casa pela própria mãe. Não há lugar para o masculino e para a figura paterna. Ela parece querer ocupar em muitas situações esse lugar: diz que as irmãs não têm moral, uma deixa a filha meio abandonada e a outra tem amantes. Por sua vez, a mãe também se vendeu. Ela assume um tom cada vez mais agressivo e impositivo. O tom de quem quer ditar a lei.

Mais recentemente, A. relatou ter uma memória clara sobre, de um lado, “morrer de medo que a mãe falecesse”, mas ter desejado que um dos dois (pai ou mãe) morresse para que as brigas cessassem. Dentro desse contexto, esse elemento me pareceu fundamental para a interpretação dos dois sonhos mais a frente retranscritos.

Elemento V – O corpo e suas representações.

A. demonstrou ao longo dos primeiros meses de análise pudor em falar sobre sua vida sentimental. No entanto, em uma das primeiras sessões em que se deitou no divã, dois fatos interessantes ocorreram:

O primeiro tem relação com o tom de seu discurso que, antes controlado, passou a demonstrar maior intensidade, principalmente quando relatava os conflitos com sua mãe e suas irmãs. As emoções se tornaram mais presentes. A. passou a se exaltar mais e numa sessão me contou que, com frequência, em vista da mãe a acusar de agressividade e a ameaçar em chamar a polícia, gravou no seu celular uma das brigas. Perguntei-lhe o que viu. Ela me disse que não parecia agressiva e sim

como “um cachorrinho, atrás do dono”. Descreveu uma sensação de desamparo muito grande. Nesse momento sua postura se retraiu. Para mim, esse foi um momento importante, porque realizei pela primeira vez que havia em minha frente um corpo.

Ocorreu-me, algumas sessões depois, perguntar-lhe sobre sua vida sentimental. Ela me contou algumas histórias que mudaram o centro da minha atenção: das questões persecutórias para a questão edípica, por um lado e, por outro, para uma questão ainda mais primitiva: uma oralidade aparecia, acompanhada de sentimentos de autoindulgência. Contou-me em primeiro lugar que saía atualmente com um rapaz, mas apenas para fazer sexo oral, perto de uma represa e que ele nunca a levava para qualquer outro lugar. Perguntei-lhe o que ela sentia. Falou-me de abandono e desprezo, mas sem qualquer menção a se desprender dessa situação.

Pedi que me contasse um pouco mais de seus outros relacionamentos, anteriores ao amante que ela teve durante sua passagem pelo cartório onde trabalhou. Disse-me que fora virgem até os 20 anos e que tinha muita vergonha porque tinha um mamilo invertido. As coisas mudaram um pouco após uma cirurgia corretiva, mas a partir daí, ela teve vaginismo e não conseguia ter relações sexuais completas até que um rapaz a conheceu numa noite e “sem que ela esperasse” levou-a para um motel, onde finalmente perdeu a virgindade. “Ele tocou o puteiro comigo”.

No entanto, a passagem que me chamou mais atenção sobre as suas relações com o corpo e a ambivalência de sentimentos, ocorreu quando, numa sessão, chegou me dizendo que a irmã mais velha tinha voltado para casa e que ela estava muito aborrecida, “de saco cheio”. Pergunto o porquê e ela me diz que a irmã é uma folgada e que não aguenta mais a presença daquele corpo gordo em sua casa, em seu quarto e que, pior, “minha irmã tem a mania de andar pelada. Eu odeio isso, odeio sentir, em meu quarto, esse cheiro de vagina. E ela ainda dorme de frente para mim, com as pernas abertas.” O asco ao corpo da irmã, com uma feminilidade exuberante e até mesmo invasiva, abriu a possibilidade de abordar as suas relações com a mãe e com a feminilidade de uma maneira diferente: por várias vezes, disse-me que não entendia o que era ser mulher, que isso era confuso para ela. Disse-me também que sentia asco e nojo do padrasto e também da mãe. Que desejos inconscientes estariam escondidos por trás dessas alusões?

Elemento VI – Dois sonhos.

A. me contou esses sonhos alguns meses após o início do tratamento. O primeiro já deve fazer uns 06 meses e o segundo, mais recentemente, há algumas semanas.

No primeiro sonho ela se vê descendo as escadas da casa para a sala. Quando desce, flagra sua mãe masturbando o padrasto e suas irmãs, indiferentes, estão assistindo TV. A mãe se levanta, vai até ela e pede para que ela a ajude, mas morre em seus braços de ataque cardíaco. Quando peço para ela me descrever o sentimento de ver a mãe masturbando o padrasto, ela me disse que era como se fosse uma “massagem cardíaca” e que o pedido de ajuda da mãe era para ajuda-la a fazer essa massagem cardíaca no padrasto e não para ajudar a masturbação.

No segundo sonho, ela se encontra numa estrada conduzindo um carro quando vê um ônibus “desgovernado, passando por cima de tudo e de todos”. Mas o motorista para o ônibus em determinado momento, ela o vê. Ele olha para o seu carro, não para ela, e acelera em sua direção, ela dá ré, mas não consegue ver o que está atrás e pensa, tudo bem, as pessoas atrás podem se virar. Concentra-se em manter-se “viva”, mas acaba morrendo. Esse sonho deu origem a várias associações, mas duas chamaram minha atenção: quando pergunto se ela viu o motorista, ela me diz que era um rosto muito nítido, mas ela nunca o tinha visto. “Tinha rosto de presidiário”, o que me faz lembrar do padrasto perseguido e perseguidor que é policial (ainda que num cargo administrativo). Outro ponto importante é que numa associação sobre os carros do sonho, A. menciona por várias vezes um só motorista. Pergunto “um só”? Ela para de falar. Após um longo silêncio, pergunto quem é o motorista? Ela me diz: “sou eu”.

Abriu-se para mim, uma série de questionamentos que tenho procurado não falar diretamente a A.. Mas parece-me que há uma identificação com a figura masculina e a mãe é um objeto de amor que não a reconhece, que não aceita a demanda. A. tem se tornado cada vez mais agressiva quando, em análise, tentamos abordar qualquer aspecto relativo a seu padrasto. Sua inveja das coisas que o padrasto oferece à mãe (carro, celular, etc.) tem se transformado em ciúme. Paradoxalmente, numa das últimas sessões, chegou a criticá-lo por ter dado um celular muito barato para a mãe: “eu teria dado um melhor, mas não vou usar o meu dinheiro para isso, se usar, vai faltar para mim.” Parece-me uma reafirmação de um desejo inconsciente de ocupar uma posição fálica. Também procura pagar o mínimo de despesas da casa, embora esteja trabalhando e possa arcar com a sua parte. Diz ter chegado a um acordo com a mãe, mas sempre retoma a questão do padrasto: “mas se ele a sustenta, por que eu tenho que ficar pagando as contas da casa?”

b. O trabalho analítico.

i. O que A. suscita em mim no setting analítico?

Essa me parece uma questão fundamental, pois já houve tantas evoluções nesse caso e A. suscitou tantos sentimentos distintos que não posso deixar de construir a hipótese de que a chave para uma melhor apreensão do caso está em observar como o sintoma dela opera na transferência e como se instaura a contratransferência. O que ela produz no outro e o que ela reproduz no setting e com o analista?

A. me parecia, de início, uma mulher apática e não me causava impressões ou sentimentos definidos. Está se tornando aos meus olhos uma mulher feia, com semblante pesado, é uma mulher inteligente e bem articulada, mas mantém uma postura infantil. O sentimento é, por vezes, de estar lidando com um bebê mimado, por vezes com um adulto mentiroso e manipulador. A. é muito assídua na análise. Nunca faltou e paga sempre em dia, mesmo que eu não peça. Propôs um aumento, de mote próprio que eu adiei. Não tanto porque acredito que ela não possa pagar, mas porque essa decisão, essa proposta me parece que deve ser minha. A. é uma mulher muito frágil, mas, ao mesmo tempo, muito fálica. Seu discurso de que a família a exclui é acompanhado de episódios em que todos se justificam diante dela e ela mantém uma posição de decisão quanto a volta do padrasto para a casa da mãe, quanto à irmã do meio deixar sua sobrinha na casa da mãe para que ela cuide, etc.

ii. Cadeias associativas.

A primeira cadeia de significantes apontava para uma indiferenciação entre ela e mãe. Principalmente quando ela associa, no primeiro sonho, a masturbação do padrasto a uma “massagem cardíaca”, sendo que a mãe, ao pedir isso, morre em seus braços. Em uma primeira interpretação muito superficial, parece estarmos na presença da cena edípica em que o padrasto ocupa o lugar do pai, sendo, ao mesmo tempo, um homem possível. Mas há alguns elementos importantes que indicam outros caminhos associativos: a demanda de reconhecimento de A. pelas irmãs e a posição de indiferença e o medo/desejo de morte da mãe e do pai, condensados nessa cena.

Em certa ocasião, quando perguntei a A. que posição ela ocupava nesse núcleo familiar, ela me disse “eu sou mãe e pai ao mesmo tempo.” É como se ela fosse a única capaz de proteger o interesse de todos: a casa, a herança, a sobrinha e, mesmo as irmãs, que aparecem como figuras muito irresponsáveis: a do meio, não é capaz de proteger e própria filha e a mais velha, uma mulher carente, sustentada por uma amante para se auto-afirmar. A. parece, assim, ocupar uma posição fálica através de uma demanda muito intensa de reconhecimento: em várias ocasiões me disse que incomodava muito que as pessoas da casa não lhe dessem satisfação sobre onde iam, sobre o que estavam fazendo. Disse a ela, nessa ocasião que não me parecia que ela buscava reconhecimento, mas queria que as pessoas da casa a obedecessem. Ela concordou, enfaticamente.

Soma-se a isso o fato de A. ter declarado a dificuldade em entender a diferença entre homens e mulheres. Uma vez, disse-me “ser homem é se impor”. Nesse sentido, o vaginismo e a relação com um garoto onde somente fazem sexo oral toma um outro rumo dentro da análise. A. não é somente impenetrável à figura masculina e não está buscando, inconscientemente, uma figura que a domine ou coloque limites a ela. Ela procura ocupar esse espaço. Não é a toa que ela projete no mundo objetos persecutórios (seu padrasto que teria se masturbado não só na sua frente, mas para ela) dos quais ela tem que se defender (com uma armadura, ornada de uma pena, ou seja da ideia de vitimização ou de reparação de uma culpa) e reproduza situações do abandono (lembre-se do ato falho em dizer que ela tinha se separado do pai, como acima relatado). Recentemente ela me disse, fazendo associações com o devaneio da armadura e da pena que sua impressão era de que “tinha sempre que perder para poder amar”.

Ainda há pontos no primeiro sonho a serem desvelados, como a massagem cardíaca. O papel simbólico do coração frágil da mãe (que já teve um ataque cardíaco e, segundo ela, por isso não tomou uma posição mais enérgica no momento em que ouviu o padrasto se masturbar), o coração da mulher do amante, que ela não queria atravessar como uma bala. Todas imagens que evocam uma grande ambivalência.

O segundo sonho, por sua vez, trouxe muitos novos elementos associativos. Em primeiro lugar o ônibus desgovernado, sendo que um ônibus tem sempre um itinerário certo. Em segundo lugar, o andar de ré, sem ver quem está atrás e sem se importar, como o motorista do ônibus, com as pessoas que poderá atingir. Em terceiro lugar, o ataque do motorista que olha para o seu carro e não a vê e, por fim, a ideia que existia no sonho um só motorista e que o “presidiário”, motorista do ônibus era ela própria. Ainda não pudemos explorar todos os caminhos discursivos que se abriram a partir desse relato, mas ele parece condensar a imagem do objeto persecutório que ela projeta nos outros, algo que ela conseguiu nomear, dizendo ser ela mesma o motorista. Também surge aqui sua desconsideração para com o outro, face aos ataques (anda de ré) e, por fim, o perigo da catástrofe iminente, da destruição.

Minha suposição de que se tratava de um problema de identificação com a mãe está se transformando num problema de identificação com o padrasto/pai. Na realidade, a mãe aparece cada vez mais como o objeto de amor, um amor constantemente frustrado, daí a raiva e o desejo/medo de morte, sendo que seu desejo de ocupar uma posição fálica, de padrasto/pai vira um exercício masturbatório, auto-erótico, fantasiado inconscientemente e expresso no gozo em dominar os outros pela vitimização.

A. parece, dessa maneira, ter criado uma construção onde ocupa um lugar central na estrutura familiar “A mãe e o pai”. Não se diferencia, não tem limites, mas a figura paterna nessa frase e a comparação com a fraqueza do padrasto, indicam que ela, em sua dinâmica, tem como lugar de gozo introduzir os limites na família e, também, em suas relações de trabalho e, por isso, paga um preço muito alto: “eu vejo hoje o quanto eu sou rejeitada, é como se eu não fizesse parte da família”.

O papel de abusada e vítima lhe dá poder. Disse recentemente que a família a suporta porque ela sabe do que aconteceu e “elas” (mãe e irmã) têm medo de que A. “ponha a boca no trombone”.

A. tem demonstrado progressos em suas associações e os caminhos narrativos para que possa ressignificar sua existência estão se enriquecendo. No entanto, após ter ficado muito mais clara a origem histórica de seus sintomas, há um elemento de amor e ódio à mãe e às irmãs que remete à forclusão da lei, das regras, ou num vocabulário lacaniano, do nome-do-pai que faz surgir, no lugar de uma menina que não cresceu, que não consegue se relacionar com os dois sexos, que não consegue sequer enxergar direito a diferença entre ambos, quando frustrada, uma mulher dominadora com sintomas “histericizantes” e traços paranoides bastante acentuados.

II. O diagnóstico diferencial e seus manejos: uma questão política.

Nas primeiras sessões com minha paciente, tive a nítida impressão de que se tratava de um caso de neurose obsessiva. Não tanto por haver traços de comportamentos repetitivos e ritualísticos, mas mais no sentido do texto “Além do princípio de prazer”, onde Freud enuncia a pulsão de morte como princípio de conservação de um estado que se repete *ad eternum*, sem que Eros opere como o perturbador de uma existência estagnada. Em seguida, com a fixação na oralidade e as relações que se fizeram entre esse estágio e a histeria, mais do que a relação entre histeria e a fase fálica, comecei a me perguntar se não estaria face a um caso muito regredido, com alguma fixação, mas que prosseguiu no desenvolvimento libidinal, sem que houvesse uma retenção psicótica numa fase muito primitiva.

O manejo tem me demonstrado que quando me aproximo do que seria a representação do “núcleo esquizo-paranóide” – relação dela com o padrasto – minhas intervenções passam a não mais fazer sentido. A. é tomada de ódio, grita, diz que não quer saber e que se ele se aproximar, dessa vez, “sento a porrada nele”. Assim, apesar dela demonstrar uma capacidade associativa e recuo e

aceitação face a seus processos psíquicos, principalmente no ambiente do trabalho, onde compreendeu suas fantasias persecutórias, sua vida pessoal consiste em montar guarda numa casa que simbolicamente não é dela, dentro de uma construção psicotizante, onde ela, mãe e pai não se diferenciam.

Ao mesmo tempo, há uma posição em que o buraco na genitalidade faz com que todo o seu corpo se transforme num falo. O desejo de ser o “chefe da família”, de ter a mãe e as irmãs como mulher e filhas, aparece aqui como uma construção histórica. O desejo sempre insatisfeito e a impossibilidade de construir a sua própria família. A resposta “Mas eu tenho que viver a minha vida” não é normatizante.

Sendo assim, a meu ver, a questão do diagnóstico não se situa na terapêutica. O que quero dizer com isso é que diagnósticos nada têm a ver com a prescrição de um tratamento capaz de “curar” o paciente, mas são, apenas, orientações para que se possa acessar o material psíquico a partir de uma ou de várias hipóteses.

Isso tem uma implicação importante sobre a prática e o manejo clínicos: o que se constrói ou desconstrói ali no setting é uma narrativa sobre as percepções do paciente e as percepções das percepções. Ou seja, trata-se de um construto, mas com que objetivo?

O sofrimento da paciente A. é colocado como uma incapacidade de “viver sua própria vida” o que se concretiza, na superfície, em conseguir um trabalho, ter um emprego, mantê-lo, ter sua casa, sua própria família. No entanto, onde está, efetivamente, o seu desejo e como se relaciona com a definição do normal, estrutura política determinada por supostos saberes e poderes investidos e desinvestidos, que definem as bordas, o campo e a dinâmica da clínica?

A questão é ainda mais política quando sabemos que há um julgamento valorativo sempre que se introduz a cultura (trazida pelas instituições sociais, dentre elas a família) como variável psicanalítica. A cultura, a Lei, o Outro, os limites e as castrações têm como ponto de partida a definição do sintoma ou da doença, a relação do indivíduo com os outros. O ajustamento do sujeito à alteridade não vale como categoria terapêutica, em minha opinião e não é um objetivo a ser conquistado, pois a pessoa ter introjetado a cultura, ter sido castrada e ter entrado no mundo simbólico, tem direta relação com a história do indivíduo, inacessível, seja no sentido cognitivo, seja no sentido terapêutico. Daí eu acreditar que no setting, o processo narrativo é o de desconstrução, reconstrução do sentido, reposicionando o sujeito em relação ao outro, a partir de seu desejo, a partir desse lugar em que se erige a sua subjetividade. Não é a história, mas sim a estória que importa.

Por isso, em minha interpretação, Wladimir Safatle coloca a paranoia como catástrofe social. Porque o Outro surge como um opressor. As repressões são projetadas e materializada em um indivíduo ou em uma instituição. Mas é toda a cultura que se encontra em questão, pois ela é quem impede a realização das pulsões.

Voltando ao discurso da minha paciente: emerge um culpado por essa impossibilidade de existência autônoma: a própria família, que impõe a ela uma posição - a de realização das funções domésticas ou, agora que está trabalhando, a de sustento e contribuição com os gastos da casa, condição contra a qual a paciente decidiu também se insurgir, porque somente ela cumpriria suas obrigações, sua parte no acordo e, pior, se as cumpre, as demandas familiares, em sua percepção, passam a ser “sem limites”.

Aqui, então, surge a minha orientação para que a análise avance: quais são esses limites? Limites ainda não surgiram, com relação à mãe, irmã e padrastos no discurso da paciente. Talvez, por isso, perguntas tenham menos efeito do que afirmações. No caso de A., além da suas identificações, a cultura, que exige dela um certo comportamento social, está em questão. Surgem, portanto, delírios persecutórios quando as pulsões não podem se realizar.

Mas, como manejar a interação de um paciente com essa normalidade social? Como manejar as reconstruções do desejo e das repressões face às exigências do mundo. Ou seja, como criar uma dinâmica entre individualidade e alteridade se toda vez que se chega próximo ao material mais explosivo da análise, o diálogo se fecha?

Com relação à questão da cura ou da função do analista, fico com uma frase de Nietzsche, citada no artigo do Wladimir Safatle “A paranoia como catástrofe social”.

“Somente a grande dor, aquela longa, lenta dor, que leva tempo, em que somos queimados queimamos como madeira verde, obriga a nós, filósofos, a descer a nossa última profundezas e a tirarmos de nós toda confiança (...) Duvido que tal dor nos deixe melhor, mas eu sei que ela nos aprofunda .

Por enquanto, o máximo que posso fazer é tentar encontrar caminhos narrativos para que o material recalcado possa emergir. Nesse sentido, também com Wladimir Safatle, há sofrimentos que dizem respeito a uma ruptura fundamental no processo de maturação e de formação e há um “ganho”, do

ponto de vista econômico, na fuga para a doença que não é da responsabilidade do analista impedir. O desejo como causa e não como realização impõe ao sujeito a repetição de uma situação patológica. Qualquer posição normativa quanto a isso está, a meu ver, fadada ao insucesso. Ser analista é ser paciente, afinal de contas.

III. Conclusão: a cada analisa, sua Dora.

Voltando ao início do presente artigo, onde fiz algumas considerações sobre o caso Dora, acredito que um relato de caso, apesar de sempre estar construído pela memória, nunca é linear e organizado. Ao menos que se esteja, como Freud, tentando descobrir elementos de uma teoria. O risco, no entanto, é o de criar uma classificação que se encaixe a uma técnica de transformação que se supõe eficiente. Como Procrusto, a cama nunca será do tamanho exato do visitante. Sendo assim, a cada analista, sua Dora. A cada leitura, uma interpretação, uma realidade diferente, uma construção de entendimento particular. É assim e só assim que se pode desenvolver uma escuta analítica singular.

Bibliografia

Safatle, Wladimir, Paranoia como catástrofe social: Sobre o problema da gênese de categorias clínicas, texto distribuído em colóquio interno realizado no Centro de Estudos Psicanalíticos.

Freud, Sigmund, Obras Psicológicas completas, Artigos Sobre Técnica, vol. XII, editora Imago.

Freud, Sigmund, Caso Dora, Obras Psicológicas completas, vol. VII, editora Imago.

Freud, Sigmund, Além do Princípio de Prazer, Psicologia de Grupos e Outros Trabalhos, Vol. XVIII, editora Imago.